



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

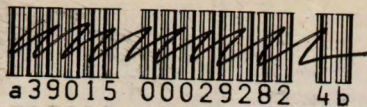
- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>

DP
636.8
.C36
A17

BUHR B



PROPERTY OF

*The
University of
Michigan
Libraries*

1817

ARTES SCIENTIA VERITAS



HAMILTON KLAFF
NO. 10 1/2 x 10
KAY ALLEN LINTON
MAY 18 1910



26-june-1907

910/10

off. & am. T. & J. ^{dr}

Zacharias d. HCA

Francisco ZACHARIAS D'ÁÇA

PORTUGAL ANTIGO

UM D. JOÃO DE CASTRO

DE

CAPA E ESPADA

Estudo historico sobre a aristocracia e a sociedade portugueza
no seculo XVII



1900

IMPRENSA DE LIBANIO DA SILVA
87—Rua do Norte,—103
LISBOA



552/23-176

DP
636.8
.C36
A17

Ao eminente poeta e magistral prosador

BULHÃO PATO



UM D. JOÃO DE CASTRO DE CAPA E ESPADA

CAPITULO I

A morte do marquez de Sande

O D. JOÃO DE CASTRO, DE JACINTHO FREIRE, E O DAS «MONSTRUOSIDADES DO TEMPO E DA FORTUNA». — ALEXANDRE DUMAS E O ORIGINAL D'UM QUARTO MOSQUETEIRO. — O ASSALTO AO CAPITÃO DA CHAMUSCA E AS JUSTIÇAS DE D. AFFONSO VI. — A MORTE DO MARQUEZ DE SANDE. — O CONDE DE MESQUITELLA. — CARTA DO REGENTE D. PEDRO A LUIZ XIV. — FREQUENCIA DOS HOMICÍDIOS EM LISBOA. — IMPORTANCIA E SERVIÇOS DIPLOMATICOS DO MARQUEZ DE SANDE.

D. João de Castro!... Nas historias e chronicas da vida portugueza encontra-se duas vezes este nome — illustre entre os illustres. No seculo xvi immortalisou-o um d'esses homens, raros, em todos os tempos, pela elevação do espirito, pela grandeza d'alma, pelo valor sobrehumano — um dos varões fortes, de que falla o poeta. Sabio com Pedro Nunes, corteção com o infante D. Luiz, terror dos piratas

nos mares africanos, assombro e vencedor dos asiaticos nas guerras do Oriente, modelo de fidalgos, no tempo em que elles já principiavam a escassear, este é o D. João de Castro da historia, o heroe de Jacintho Freire, o epico, o lendario defensor de Diu, o famoso vice-rei da India!

Depois, e não a par d'este, que figuraria com realce entre os varões illustres de Plutarcho, apparece-nos, no seculo seguinte, outro do mesmo nome, porventura do mesmo sangue, e bravo e destemido até á temeridade; porém os seus feitos tiveram mais estreito theatro, quasi não saíram das fronteiras do paiz; não os cantaram os poetas, nem os proclama a historia, e ficariam eternamente ignorados, se a chronica contemporanea não se encarregasse de nos transmittir as suas proezas e aventuras.

Um verdadeiro heroe dos romances de capa e espada — este segundo D. João de Castro!

Quando vemos no theatro, apresentado por Molière, por Tirso de Molina ou por Lorenzo da Ponte, com a musica sublime de Mozart, um D. Juan aventureiro e namorado, quando o seguimos no poema de Byron, essa figura, gentilmente satanica e fatalmente seductora, tomamol-a como uma creação da phantasia d'um grande artista, um ente ideal, em que o genio incarnou os sentimentos, as aspirações, que nunca podera realisar. Quantas vezes, ao lermos as prodigiosas lendas romanticas, as dramaticas narrativas de Alexandre Dumas, admiramos a um tempo o escriptor e o inventor dos famosos protagonistas da sua celebre trilogia?!

Pois bem, o nosso D. João poderia, se tivesse vivido na côrte de França, fornecer ao genial romanista o original d'um quarto mosqueteiro. Fidalgo,

valente, e aventureiro, é completo: não lhe faltaram nem a temeridade, levada até á loucura, nem esses desvairados assomos de vaidade, que fazem, ás vezes, d'um heroe um assassino! Surgindo passados cem annos, este foi muito differente do outro: o primeiro, o grande, viveu antes de Alcacer-Kibir—este veio depois. Um destaca-se, em plena luz, nas grandes scenas da historia, o outro descobrimol-o semi-occulto nas sombras da chronica tragica da vida cortezã. Emfim, outros tempos, outros Castros!

Completo para a phantasia — protagonista d'um poema, d'um drama ou d'um romance — representa admiravelmente a sua epocha. Não seria unico na sua especie, porém é typico — era genuinamente um *valentão*. Atravez da longa, emmaranhada e escandalosa chronica da cõrte de D. Affonso VI e de D. Pedro II, por entre os factos politicos, religiosos, e amorosos do tempo, surge-nos esta figura, sempre illuminada de vermelho, sempre com a mascara da tragedia, sempre com a espada nua e gottejante!

*

* *

A primeira vez que nos apparece este terrivel D. João é na Chamusca, pelo S. Martinho de 1667, em sanguinolenta aventura. O que lhe fez um capitão d'aquella villa, e quem era elle, é o que não sabemos. Coisa de monta seria, a avaliar pela desafronta que d'elle tomou o nosso heroe. Mas, grande aggravado ou pequeno, que para taes homens não ha estalão, por onde os possamos julgar, o que é certo é que «a esta facção, tão luzida, levou elle muita gente comsigo,» segundo reza a chronica, e que era grande a sua au-

dacia, e não menor a crueldade, porque ao seu adversario, á sua victima, não lhe valeram nem o asylo sagrado da sua casa, nem a doença, que o tinha preso no leito, nem as supplicas, as lagrimas e os gritos da mulher e dos filhos, porque a elle o matou, e a todos feriu o seu implacavel inimigo!

Reinava ainda então D. Affonso vi, e este caso succedeu, sem que d'elle se fizesse caso, como diz o chronista contemporaneo, em phrãse de trocadilho!

Seria este D. João um dos valentões arruadores, tão temidos nas encruzilhadas á noite, e tão respeitados de dia nos salões, ornatos da cõrte, e validos d'el-rei? Talvez, e é natural que o fosse: isso explicaria a inadvertencia e a cegueira das suas justiças, mas a D. Affonso succedeu D. Pedro, e este, apenas subiu ao poder, mandou tirar devassa de varios crimes, entre os quaes avultava o da morte do capitão. Encarregado d'esta alçada foi o dõutor Duarte Ribeiro de Macedo.

O escandalo e a atrocidade da morte pediam severa e exemplar punição. Mas, se aos juizes de D. Affonso vi não chegou nem a noticia do crime, os de seu irmão não tiveram alguazís, que lograssem prender os criminosos, para se lhes fazer justiça!

Nem uma palavra a tal respeito encontramos na chronica. Este silencio não quer dizer que ao mator coubesse a pena de talião, e que em algum d'esses recontros nocturnos, não raros entre os ranchos dos rufiões d'alta e baixa estofa, que infestavam as ruas de Lisboa, alguma estocada mais certa lhe tivesse — como diz o povo — cortado os fios da alma. Não — que eram grossos e rijos os taes fios, e a alma tinha-a elle bem atarrachada ao corpo, e pouco disposta a abandonal-o.

Escapou elle á justiça, ou não o quiz ella ver? Se se escondeu ou expatriou, não andou por muito tempo fugido, nem foi mui demorado o encerro; em todo o caso nem o arrependimento, nem o temor, tinham accesso n'aquella alma feroz e impenitente, porque n'aquelle mesmo anno de 1667, na noite de sabbado, 7 de dezembro, achamos envolvido o furioso *bravo* n'uma das tragedias mais celebres do tempo — a morte de Francisco de Mello, marquez de Sande!

*

* *

A nova do tragico acontecimento surprehendeu a cidade e a côrte, na manhã do dia seguinte, em que se festejava Nossa Senhora da Conceição. O povo, conjuntamente com as impressões das festividades religiosas, teve mais este alimento para a sua curiosidade, mais este assumpto para discorrer e imaginar, e devia ser enorme a concorrência ao adro de S. Domingos, em frente da cruz, onde o crime se commettera, com circumstancias de mysterio, ainda hoje não de todo desvendado.

Este foi caso mais grado, transpôz as fronteiras; pertence aos annaes da côrte, mas tem fóros para a historia. Era o marquez de Sande, Francisco de Mello e Torres, muito conhecido e estimado na alta sociedade das côrtes estrangeiras ¹; negociara, em Londres

¹ Nas instrucções diplomaticas dadas por Luiz xiv a M. de Saint Romain com o titulo de — *Mémoire pour servir d'instruction au sieur de Saint Romain s'en allant en Portugal* — diz-se — do marquez de Sande — que era o mais conhecido de todos os nossos diplomatas, e por certo homem mui habil, de grande paciencia, quando assim lhe cumpria, e ao mesmo

o casamento da infanta D. Catharina, filha de D. João iv, com Carlos ii, de Inglaterra, e, em França, o de D. Maria Francisca Isabel de Saboya com o nosso D. Affonso vi.

Se é certo que o illustre diplomata deu boa conta das suas embaixadas, o progresso dos acontecimentos não nos auctorisa a affirmar que estas duas alianças dessem a felicidade aos principes portuguezes, cujos interesses elle representara; e se a elle o accrescentaram no valimento e na hierarchia, tambem lhe ganharam inimigos; que sempre os tem quem, tão rapidamente como o marquez, ascende ás eminencias sociaes. Ambos os casamentos, contrahidos sob influencias exclusivamente politicas, e ambos consequencias forçadas da nefasta e odiosa dominação hespanhola, foram infelizes, e um d'elles — o da infanta D. Catharina — nada popular pelas condições do seu contracto: o espirito nacional não accitou, sem protesto, a cessão de Tanger e de Bombaim aos inglezes.

É difficil, a mais de dois seculos de distancia e sem um estudo serio — que não faremos n'este momento — dizer quaes foram as vaidades offendidas, as ambições malogradas, os interesses feridos, que armaram o braço dos assassinos; se na conjuração

tempo activissimo e muito apaixonado pelas coisas do seu paiz, conhecendo melhor do que ninguem os negocios dos reinos estrangeiros, inclinado á França e avesso aos holandezes; accrescentando que, se o dito marquez se achasse em Lisboa, quando elle, Saint Romain, alli chegasse, o ajudaria em suas negociações. *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal*, pelo Visconde de Santarem, Tomo iv, Parte ii, Introdução, pag. CLXXIX.

Sobre o marquez de Sande vide tambem a Bibliotheca Lusitana, de Barbosa Machado, e D. Antonio Caetano de Souza — Historia genealogica da Casa Real.

entrou o orgulho nacional melindrado, se os filhos e netos dos heroes da Africa e da India tomaram como affronta mortal o tremular da bandeira ingleza nas ameias de Tanger e nas muralhas de Bombaim. Andavam os animos exaltados e divididos, e as paixões, no seu tumultuar, se não nos deixam ver bem os acontecimentos, os factos passados sob os nossos olhos, ainda são maiores nuvens, a encobrir-nos no preterito os horisontes da historia. Ha, todavia, uma affirmação coeva do crime, e essa accusa o conde de Mesquitella como seu responsavel ¹.

Estreitava-se com maus auspicios a regencia do Infante D. Pedro.

*
* *

A morte do marquez teve as honras da correspondencia entre o nosso principe regente e o muito alto e poderoso rei Luiz xiv de França; não mediarão muitos dias entre o assassinio do diplomata e a communicacão da sinistra nova. Com effeito, em 10 de dezembro de 1667, D. Pedro escrevia ao seu primo de Saint-Germain nos seguintes termos, narrando-lhe o mysterioso crime:

«No dia 7 do corrente, saindo da capella real o marquez de Sande, e indo em uma liteira de D. Francisco de Lima com o mesmo D. Francisco, chegaram a elle dois fidalgos, acompanhados de outras pessoas, com o intento de maltratarem o dito D. Francisco, e, parecendo-lhe que davam n'elle, mette-

¹ *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, pag. 28.

ram uma estocada no dito marquez, de que logo caíu, e viveu instantes, de que tive o sentimento que pede o amor que tinha ao dito marquez, seus merecimentos e grandes serviços ¹.»

As palavras com que D. Pedro remata esta carta fazem-nos já suspeitar, que não se passaram os factos como elle os narra. Com effeito, que pensaria Luiz xiv, quando, chegado ao fecho da missiva do principe portuguez, lêsse isto « — e que, para não se julgar que a morte do dito marquez tivera outra causa, lhe pareceu dever dizer-lh'o assim.»? O mesmo que nós pensamos, e é que não estava alli a verdadeira historia, que elle decerto veio a saber pelas informações dos seus representantes officiaes e officiosos na nossa côrte.

Teriam enganado o regente, narrando-lhe erradamente os pormenores do homicidio, e seria essa conspiração da mentira tão arteiramente tramada, que elle nem um vislumbre tivesse da verdade, nem uma suspeita de que o estavam illudindo? Não é possível. Andava a fidalguia da nossa côrte por então tão dividida de interesses, tão retalhada de facções, e tão agitada pela ambição de logares, de preeminencias, e de poderio, que ao principe, n'este caso, seria muito mais difficil o ignorar do que o saber, ainda que não perguntasse.

*

* *

Eram frequentes, no Portugal e na Lisboa do seculo xvii, crimes como o de que fôra victima o mar-

¹ *Quadro elemental* — Introducção, Tomo iv, Parte II, pag. ccxxxiv, nota.

quez de Sande; mas a cegueira voluntaria da justiça umas vezes, outras vezes as trevas da noite, deixavam quasi sempre escapar, desconhecidos e impunes, os assassinos. As familias dos mortos, e os seus amigos, desconfiavam d'onde viera o golpe, e apontavam-se nomes, mas os dias, os mezes, e os annos decorriam, e era só quando o sol, o nosso brilhante sol, descubria n'alguma viella escusa da velha cidade um cadaver, lardeado de estocadas, que esta *vendetta*, esperada e demorada por tanto tempo, lembrando um caso já esquecido, vinha dizer aos que, por ventura, ainda d'elle se recordavam, quem fôra o matador. Porém, agora, aos sicarios de Sande não lhes podia valer, para ficarem occultos, nem a escuridão da noite, nem a protecção descarada dos magistrados: oppunha-se a isso o nome, a hierarchia, a notoriedade do marquez, personagem diplomatico então na primeira plana, tão recente era, e tanto na memoria de todos. o casamento que elle negociara na côrte de Luiz xiv com D. Maria Francisca de Saboya, princeza da casa real de França, que tão estreitas relações de amizade e de dependencia mantinha com o magnifico e quasi omnipotente Rei-Sol.

E isto explica a promptidão com que o regente de Portugal participou para França o triste successo, o modo por que contou o facto, e a cautella, pouco avisada, a nosso ver, do final da sua narrativa; dando-lhe de barato que o escandalo sanguinolento, e o pouco intervallo que mediou entre o crime e a sua carta ao francez, o trouxessem perturbado, a elle e aos seus conselheiros, a ponto de julgarem decente e util forjar uma mentira, que não tardaria que fosse desmascarada.

Ou entenderiam elles que era aquelle o melhor

modo de, a um tempo, darem noticia e satisfação do acontecido, desviando perguntas de mais difficil resposta? A diplomacia recorre a estes expedientes, cujo valor ella muito bem conhece e com que não se illude, mas que, ás vezes, lhe aproveitam em lances apertados.

E D. João de Castro? Lá vamos. E se caminhamos devagar é porque o caso não é uma pendencia vulgar entre rufiões, useiros de taes proezas.

CAPITULO II

AS «MONSTRUOSIDADES DO TEMPO E DA FORTUNA» E O SEU AUCTOR.—VALOR HISTORICO D'ESTA CHRONICA DA VIDA PORTUGUEZA NO TEMPO DE D. ÁFFONSO VI E DO REGENTE D. PEDRO, SEU IRMÃO.—AS MATINAS DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NA CAPELLA REAL.—ASSALTO E MORTE DO MARQUEZ DE SANDR, NO ADRO DE S. DOMINGOS.—OS ASSASSINOS E O MANDANTE.—D. JOÃO DE CASTRO E O CONDE DE MERQUITELLA.—PALACIOS «COUTADOS».—A FUGA DOS DOIS FIDALGOS.—PERSEGUE-OS A JUSTIÇA.—EMBARCAM PARA A ITALIA.

Seria completamente deslocado tudo quanto aqui deixamos dito sobre a morte do marquez, se n'este lance não nos apparecesse de novo, e, como da primeira vez, tragicamente, o nosso heroe. Não é na correspondencia do Infante, não é na historia official, que o encontrámos, é n'um livro de memorias contemporaneo,—um preciosissimo repositorio de informações, d'um alto valor para a elucidação dos factos mais importantes dos reinados dos dois filhos

de D. João iv, tão proximos no sangue, tão semelhantes nos costumes, porém, por defeito da natureza, tão deseguaes na fortuna, que se sentaram no mesmo throno, tiveram a mesma mulher — sendo ambos vivos — e terminaram a quasi tragedia da sua vida, morrendo um na sua camara regia, rodeado da sua cõrte, legando uma corôa aos seus herdeiros; e expirando o outro entre os ferros d'uma prisão, cercado de sentinellas, deixando apenas a memoria d'um rei e d'um homem, que perdera a corôa e a mulher, e que do miserando naufragio não salvara nem a propria liberdade!

Tem um titulo singular estas *Memorias* — chamou-lhes o seu auctor, com uma intenção critica bem manifesta — *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, titulo que bem se ajusta á narrativa dos successos d'esses dois reinados. Contemporaneo dos acontecimentos, mostra-se bem informado; tinha um espirito lucido, e, salvo os vicios litterarios da época, sabia escrever, era um homem de boas lettras. Basta vêr as primeiras linhas com que abre o livro, onde elle diz: «Não são differentes as edades, porque as alterem os tempos; são differentes as edades, porque as deseguala a fortuna.» Caracteristicas estas phrases, reflectem a época, e determinam a feição do seu estylo.

Já vimos como D. Pedro narrou o caso. Oicamos agora Fr. Alexandre da Paixão, ou quem quer que foi o auctor da famosa chronica.

«Em 7 (de dezembro) vespera de Nossa Senhora da Conceição, succedeu um desastrado caso, com circumstancias de mysterio,» — assim principia elle a historia. Cantavam-se na Capella Real as matinas de Nossa Senhora, como era uso tambem para as do

Natal, ás sete horas da noite. Na sua tribuna assistia Sua Alteza o Regente e o melhor da sua côrte, e na da esquerda estavam o marquez de Sande, os condes da Torre e de Villar Maior, D. Francisco de Lima, e outros fidalgos.

Não era n'estes senhores tão fundo e preponderante o sentimento religioso, que os alheiasse das mundanidades da sua vida, porque deram em discutir os acontecimentos profanos do tempo, em que uns d'elles tinham figurado, e outros apreciavam como lhes dictava a rasão dos seus interesses, ou a paixão politica dos bandos, em que andavam alistados. Vieram a fallar da entrega de Tanger, em Africa, e de Bombaim, na India, aos inglezes; e disseram alguns d'estes fidalgos que «fôra coisa muito mal feita, tanto porque a rainha-mãe, D. Luiza de Gusmão, o não podia fazer, que era tutora, e não senhora do reino, quanto porque se deram a herejes em grande offensa de Deus.» E é occasião de nós dizermos que ali o invocavam, onde o offendiam.

O marquez de Sande, negociador do casamento da nossa infanta com Carlos II, de Inglaterra, que recebera aquellas duas praças no dote da sua noiva, é claro que defendeu o facto com as rasões da conveniencia do casamento: «refutaram-as os de contrario parecer com a evidencia que, todos quantos entraram n'esta entrega, tinha Deus castigado, ou com mortes, ou com desgraças.» A estas rasões, a estas allegações da intervenção divina, punindo os crimes de lesa-patria, respondeu o marquez, dizendo: «que, sendo elle dos principaes, que andaram n'este contracto, havia sido sua casa muito venturosa, e — supremo argumento, n'aquella questão em que os factos eram as melhores provas — elle estava vivo.»

A discussão acabou com as matinas, e os que a ellas assistiam retiraram-se, mettendo-se o marquez de Sande na liteira de D. Francisco de Lima. Chegando á cruz do adro de S. Domingos foram assaltados por quatro homens a cavallo e quatro de pé, que perguntaram aos lacaios de quem era a liteira. A' resposta que de D. Francisco de Lima, seguiu-se o arremetterem logo com o marquez, que ia no logar de honra, «e de nove estocadas o mataram sem confissão, ficando D. Francisco no logar deanteiro, sem lhe tocarem »

Na carta do Regente figuram *dois* fidalgos com o *intento de maltratarem a D. Francisco*, e, por engano, mataram o marquez com *uma* estocada!

«Conheceram-se, entre os matadores, creados de D. João de Castro — cá está elle — voou a nova a palacio, sentiu Sua Alteza, e toda a côrte a morte do marquez grandemente, e com rasão, porque não tinha Portugal, nem homem mais ajustado, nem mais bemquisto, nem mais noticioso, nem melhor afortunado nos negocios, nem mais conhecido dos principes da Europa» — isto diz o auctor das *Monstruosidades*; mas o que prova o grande ruido que este successo causou na côrte, a importancia do homem, e o seu valimento, não são estes elogios, que alli se lhe fazem, é o procedimento energico e immediato das auctoridades, á ordem do Regente. D. João de Castro era, porém, homem de recursos: surprehendido em casa pelas justiças, escapou-lhes, debaixo do guarda-infante de sua mulher!

Fariam os alguazís vista grossa? Pode ser que sim, que n'aquelle tempo os fidalgos eram outros tantos reis pequenos. Mas se o senhor se livrou, no momento, dos ferros d'el-rei, não succedeu o mesmo.

aos servos, que foram todos, com algemas, mettidos na enxovia.

D. João não matara, nem mandou matar, por conta propria; pediram-lhe os seus creados para aquella empreza, e elle, com animo desassombrado, e purissima e tranquillã consciencia, emprestou-os, como, na sua qualidade de bom catholico, os cederia para acompanharem Nosso Pae em visita a enfermos e entrevados! Os creados, uns assassinos villões, apertados e com receio dos tormentos, senão sentindo-lhes já a mordedura, confessaram tudo, e por elles se soube o nome do mandante.

O mandante fôra o conde de Mesquitella, D. Noutel de Castro.¹

A scena da tribuna, na Capella Real, o dialogo acalorado a proposito de assumptos, que traziam então discordes e apaixonados os espiritos, e o assalto na Cruz do adro de S. Domingos, parecem, á primeira vista, dois actos da mesma tragedia, mas cremos que não nasceu do encontro nas matinas a idéa de matarem o marquez de Sande. Eram invejados a sua fortuna, as suas prosperidades, e os seus triumphos diplomaticos e cortezãos? Eram, de facto — deviam sel-o. Francisco de Mello e Torres, de origem hespanhola, e de recente data feito conde da Ponte, acabava de ser elevado a marquez, e quem sabe quantos rebates a regia munificencia dera, com esta mercê, á inveja e á ambição da nobreza, então ciosa dos seus direitos, arrogante e soberba com os serviços que prestara aos Braganças, desde a Restauração, e avida e insaciavel de poder e honrarias! Não

¹ Monstruosidades, etc., pag. 28.

foi isso, porém, o que armou o braço dos assassinos.

A quem aproveita o crime? diz a lei. O marquez tratava então do seu casamento com a mãe do conde de Mesquitella, e este, que não o queria, consoante os costumes da época entendeu, que o melhor modo de lhe obstar era matá-lo. Effectivamente, se não foi humano, foi logico: tirada a causa, cessa o effeito.

*

* *

Eram então, — foram por muito tempo ainda — os palacios da nobreza, logares *coutados*, seguro abrigo para os rufiões criminosos, perseguidos, e fugidos ás justiças d'el-rei. Aqui, e em toda a parte — digamol-o de passagem. O de D. João de Castro não desdizia das outras residencias fidalgas da época, nem os seus creados deshonravam o nome do amo, antes pelo contrario; um dos que prenderam, valia-se então do seguro da sua casa, por ter assassinado um soldado de posto, que, segundo elle affirmava, Manuel de Miranda, irmão de Henrique Henriques, lhe mandara matar. Foram, portanto, estes *bravos* bem escolhidos para taes emprezas, e a tragedia nocturna do adro de S. Domingos augmentou-lhes decerto os credits nas tavolagens e mancebias da Alfama e da Mouraria.

Era verdadeira a accusação, que a voz publica fazia ao conde, de ser elle o mandante, e entrara tambem no assalto D. João de Castro? Que estivessem, ou não, embuçados entre os de cavallo, que rodearam a liteira de D. Francisco de Lima, o que é certo é que o Mesquitella e o Castro fugiram para a fronteira do Minho — o que não fariam, se fossem innocentes.

As diligencias que continuavam, para elles serem presos, fizeram-os voltar para Lisboa, tão pouca segurança tinham nos logares, onde lá fóra se acoitavam. Houve então noticia de estarem escondidos no Mosteiro de Belem, e o Regente mandou-o cercar por cavallaria e infantaria, «porque se não embarcassem na armada franceza, que sahiu d'aquelle porto.» Isto se lê no livro, que nos está informando d'estes pormenores, mas não nos parece justificado o receio allegado de que os dois fidalgos escolhessem os navios do rei de França, alliado e parente do Regente D. Pedro, e amigo do assassinado, para fugirem ao castigo que os ameaçava, por terem morto um homem tão conhecido e estimado n'aquella côrte. É mais natural que, estando a esquadra franceza ancorada em frente de Belem, esse apparatus militar tivesse por fim mostrar aos francezes o grande interesse, que o Regente tinha, de haver ás mãos os criminosos.

Fosse, porém, o que fosse, não os prenderam, conseguindo elles embarcar com direcção á Italia. Fugindo ao captiveiro do regente, correram perigo de ficarem captivos ou mortos ás mãos dos turcos. Na passagem do Estreito encontraram duas naus d'elles com quem pelejaram, logrando escapar-lhes, e aportando a Cadiz, já em tempò que nós tinhamos celebrado as pazes com Castella, firmadas no convento de S. Eloi, em 13 de fevereiro de 1668.

CAPITULO III

OS LIVROS DE MEMÓRIAS — SUA IMPORTANCIA PARA O CONHECIMENTO DAS ÉPOCAS E DOS COSTUMES. — INDISPENSÁVEIS PARA A HISTORIA E PARA O ROMANCE HISTÓRICO. — DOCUMENTOS POLÍTICOS E LITTERARIOS. — AS JUSTIÇAS DE EL REI NO PALACIO DE D. JOÃO DE CASTRO. — OS ALGUAZIS. — COMO ELLE CONSEGUIU ESCAPAR-LHES. — O PALACIO D'UM FIDALGO. — CASTELLO, HONFEDARIA, HOSPICIO E TEMPLO. — UMA CÔRTE EM PONTO PEQUENO. — COMO O SR. CONDE TEM MAIS UM CREADO. — FACAS E ESPADAS. — COSTUMES GUERREIROS EM TEMPO DE PAZ. — OS RUIFÕES DE D. JOÃO DE CASTRO.

São estes livros de memórias como que uns balcões, abertos sobre a vida do passado — a vida dos reis, a dos nobres, e a do povo. Vemos d'alli a scena e as personagens — a praça publica — o Rocio e o Terreiro do Paço — com os espectáculos do tempo, as procissões, as corridas de toiros, e os autos-da-fé; os salões dos fidalgos com os seus banquetes, saraus, intrigas e galanteios; as entradas e saídas dos embaixadores, os manejos da diplomacia; os pateos de comédias, com as suas, dentro e fóra dos bastidores; e as ruas e encruzilhadas que, nas passagens e encontros dos coches e liteiras brazonadas, nas corpezias, nas questões e luctas de precedencia, eram também origem de comédias e tragedias.

Estudamos n'elles as épocas e os costumes; impossível, sem elles, o romance historico, a que prestam a côr local; e a propria historia, quando não os consulta, que outra coisa é senão uma fria e fastidiosa enumeração chronologica de nomes e acontecimentos, uma serie de quadros sem côr, sem vida? A um tempo documentos politicos e documentos litterarios, são documentos da civilisação, tomando esta palavra no seu sentido mais lato; reproduzem-nos

— com o cunho individual do chronista — a lingua, o gosto litterario, a phrase do tempo, o modo de pensar, de sentir e de trajar d'aquellas gerações; a sua religião, a sua moral, a sua philosophia, as suas predilecções, os seus amores, e os seus odios; e dizemos d'aquellas gerações, porque em cada época coexistem tres, a do passado, a do presente e a do futuro — os avós, os filhos e os netos.

As scenas succedem-se variadas e diversas, como na vida. Aqui, por exemplo, assistimos á entrada das justiças no palacio de D. João de Castro. Não é difficil recompôr o quadro. Recebe-as a fidalga, serena e altiva, rodeada da sua familia e das creadas, na sala grande, colgada de alto a baixo de pannos de Arras, ladeada de cadeiras de espaldar, com a larga pregaria amarella, que brilha na sombra do vasto aposento. Aos quadrilheiros diz-lhes, com tom rispido e secco, que cumpram as ordens. Elles, com ares respeitosos, ouvem-a, e percorrem depois, com os olhos vagos, os cantos escuros dos quartos interiores, as dependencias, a cozinha, os pateos, a cocheira, a cavallariça e o jardim, desejando não encontrar quem procuram, e já quasi com a certeza de que assim será.

Quantos d'elles; encanecidos n'essa vida, sem fé n'essas diligencias — quasi sempre infructiferas — devem favores ao fidalgo, e senão a este, a um parente, ou a um amigo seu, quando não são seus servos, dependentes ou apaniguados? Debaixo do guarda-infante da mulher de D. João de Castro podia esconder-se, bem ou mal, um homem: sabiam-o elles, mas nenhum teve a audacia de pôr n'ella a mão sacrilega. Conteve-os, á falta de gratidão, o respeito tradicional, a cortezia, ainda sentida por essas classes, em

geral pouco polidas em todos os tempos, e o medo, o natural receio, que lhes devia inspirar a perspectiva d'alguma espera nocturna, com duas ou tres estocadas, ao virar d'uma esquina das estreitas viellas da velha cidade.

Esta scena de baixa comedia, enxertada n'aquella tragedia, traz o cunho da época. Ao surgir das saias de sua mulher, ouvindo sair do seu palacio o ministro e os alguazís, rir-se-hia o truculento fidalgo da triste figura que fizera, e dos quadrilheiros logrados? Talvez, que elle era homem para isso. Levaram-lhe os creados algemados, mas elle, n'aquelle momento, estava salvo. Em todo o caso, não esperou segundo assalto, e fugiu.

O conselho era a consciencia quem lh'o dava.

*
* *
*

O palacio d'um fidalgo... Não fazemos facilmente idéa hoje do que era a casa, a residencia, de um fidalgo antigo, dos bons tempos — a sua representação, o seu valor social, politico, juridico e militar — a sua auctoridade, as suas regalias, privilegios, e immunidades, de direito commum e de direito consuetudinario. O palacio era castello, hospedaria, hospicio, e templo. Procurado e abençoado por uns, temido e odiado por outros, respeitado por todos, ainda quando as leis e o poder real o ameaçavam, a tradição e os costumes, o espirito de classe e o interesse particular, defendiam-o.

Era variada e numerosa a clientela. Alli viviam o filho segundo e os outros irmãos do morgado, os parentes, o padre capellão, e os apaniguados, que

uma hora feliz trouxera á presença do fidalgo, e que, pelo talento ou pela graça chocarreira, tinham conquistado a sua sympathia, um logar á sua meza, e não raro a habitação na vasta morada do poderoso senhor. Com este estado maior, que o divertia e acompanhava, a elle e á sua familia, e que constituia a sua côrte — uma côrte em ponto pequeno, á imagem e semelhança da grande côrte de El-Rei — vegetava em baixo, nos aposentos do rez-do-chão, um estado menor, composto dos creados e suas familias; recebendo estes tambem, de paes para filhos, a herança d'uma servidão, que gosava, até certo ponto, das regalias aristocraticas dos amos na consideração publica, e que, se não ganhavam todos honorarios certos, que lhes pagassem os serviços, em compensação tinham guarida e o pão de cada dia na larga e hospitaleira meza do illustrissimo fidalgo.

E quantos usufruiam essa hospitalidade, que elle nunca viu, nem da sua existencia teve noticia. Os servos tambem protegiam, como os amos — que do pão do nosso compadre grande fatia ao nosso afilhado.

Ao descer ao pateo grande, para montar a cavallo, entrar no coche ou na liteira, o amo avistava uma cara nova.

— Ó Roque, quem é aquelle? perguntava elle ao cocheiro.

— Sr. conde, saiba v. ex.^a que é um amigo meu, que me veio visitar. . .

— É um rapagão forte. O que faz elle?

— Elle agora não tem arrimo. . .

— Ah, sim.

Estava a apresentação feita. O sr. conde tinha mais um creado.

Às vezes o novo servo trazia nas calças ou no gibão umas nodoas vermelhas; vinha fugindo d'alguma rixa nocturna, em que tivera a infelicidade de esfaquear o adversario. Não era isso caso para vergonha, nem para repulsa: estava nos costumes nacionaes. Brigara, e saíra incolume da peleja: era um homem desembaraçado, um valente.

Nas paginas da chronica, a que nos temos referido, brilham frequentes vezes as facas até nas mãos dos nobres, e as espadas saem facilmente das bainhas na rua, nos pateos da comedia, e nos proprios salões do palacio real! Eram umas gerações guerreiras. Acabavam de batalhar com os hespanhoes pela independencia da patria; continuavam a batalhar na Africa, na India e na America; e batalhavam, á saída de Lisboa, com os corsarios barbarescos! Como poderiam taes homens, sempre armados, abrir um parenthesis pacifico no meio de tantos combates? As suas tragedias de Lisboa tinham mais um acto — ás vezes, que não sempre — o da prisão.

É entre os creados de D. João de Castro, presos n'esta occasião, que encontramos, como já dissemos, um d'esses homisiados, que se valia do seguro de sua casa, por ter morto um official. E o rufião não o fizera por sua conta: confessou que fôra Manuel de Miranda quem ll'ó mandara matar. Preso este «provou á evidencia a falsidade da accusação», e foi solto. Manuel de Miranda era irmão de Henrique Henriques, que andava fugido, e a quem então, como ao conde de Castello Melhor, confiscaram a fazenda, que vinha na frota.

Tempos muito revoltos estes. E aqui temos mais um toque, na pintura dos costumes da época — mandava-se matar.

O marau; que trucidara o official, devia achar acolhida entre os pimpões de D. João, e estava naturalmente indicado para figurar entre os assassinos do marquez de Sande. Era um homem experimentado.

E, para que nos não incluam na lista dos calumniadores do passado, que exploram, para seus fins e interesses, a historia nacional, diremos que não abriamos então uma excepção selvagem e unica, na vida das nações civilisadas; a violencia dos costumes era, pouco mais ou menos, a mesma em toda a parte, e assim continuaram por muito tempo. Os exemplos abundam; é ler as chronicas, e as memorias, onde enxameiam as rixas, os duellos, e as embuscadas.

CAPITULO IV

A aristocracia portugueza

A NOBREZA NÔ TEMPO DE D. AFFONSO VI E DE D. PEDRO II. — APOGEU DA SUA INFLUENCIA. — RELIGIÃO E CULTO DA ARISTOCRACIA. — IDEAL E TYPO PHYSICO DOS FIDALGOS. — A TRADIÇÃO ARISTOCRATICA. — APPARENTADOS COM AS CASAS REAES DE CASTELLA, E DE PORTUGAL, COMPANHEIROS DOS REIS, E CREADOS NOS SEUS PAÇOS. — D'ONDE DATAVA OS SEUS BRAZÕES A ANTIGA NOBREZA. — A ARISTOCRACIA NOVA. — D. MANUEL, D. JOÃO III, D. SEBASTIÃO, A RAZÃO D'ESTADO E OS ESCRIVÃES DA PURIDADE. — D. JOÃO I E D. JOÃO IV. — QUEM POZ A CORÔA NA CABEÇA DO DUQUE DE BRAGANÇA. — ORGULHO DOS FIDALGOS. — O MARQUEZ DE MARIALVA, O MARQUEZ DE CASCAES, O CONDE DA TORRE E O FILHO DO CONDE DE VILLA FLOR. — A MARQUEZA DE TAVORA E A AIA DA INFANTA, FILHA DO REGENTE. — DEGRADO DA MARQUEZA. — RESPOSTA DO REGENTE AO MARQUEZ DE TAVORA. — MORTE DO MARQUEZ. — OS GENERAES DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO. — NOVA APPARIÇÃO DE D. JOÃO DE CASTRO. — CAE N'UMA VALLA E CORRE A NOTICIA DA SUA MORTE.

Este periodo do seculo xvii — o dos reinados de D. Affonso vi e D. Pedro ii — é um dos mais bri-

lhantes da historia da aristocracia portugueza, e talvez o do apogeu da sua influencia na vida nacional. Explicam-o a acclamação de D. João IV e os vinte e oito annos da guerra da Restauração.

Os fidalgos! . . . Producto da civilisação o fidalgo corresponde á época que o gerou. Natural pela materia prima — o homem — é artificial pela fórma que reveste, pelas qualidades e defeitos do seu espirito, pelas influencias especiaes da sua educação, do meio em que foi creado. Encarado sob certos aspectos lembra-nos uma flôr d'estufa! Como a sua época, passou elle tambem. Jaz para sempre, pertence á historia. E' ahi que o vão, buscar o romancista, o dramaturgo, o poeta. Na vida contemporanea não o encontramos, pertence a um outro mundo. Não ha decretos que resuscitem as civilisações.

Barão, visconde, conde, marquez, duque — com dom ou sem elle — é sempre o mesmo. Virtudes e vicios, qualidades e defeitos, podem variar na intensidade, no esplendor; a essencia é constante, não varia. Mello, Menezes, Pereira, Cunha, Athaide, Tavora, Almeida, Gama, Telles, Camara, Castro, Albuquerque, Bragança — estes nomes são para elle uma religião e um reino espiritual, um culto e uma corôa, herdados dos paes, legados aos filhos. Esse culto floresce, exalta-se, com as prosperidades, requinta com os revezes, e, grande e magestoso na opulencia, não infunde menos respeito na adversidade. E então, n'esses momentos, é, para uma alma d'artista, um commovente espectáculo.

Producto da selecção social, fructo conservado pelas distincções da jerarchia, impostas pelas necessidades da vida politica — a aristocracia era uma familia á parte no seio da nação, um organismo distin-

cto, destacando-se dos outros elementos constituintes da sociedade, mas convivendo com elles, mutuando favores, dando e recebendo. Aspirando á independencia, com um profundo espirito de classe e com um alto sentimento individual, collocada entre a realza e o povo, a um tempo luz e reflexo, é n'essa minoria sobranceira, orgulhosa, illustrada, e valente, que está a alma, e que bate o coração de Portugal: animam-a e sustentam-a os grandes ideaes, os mais elevados sentimentos, os que mais ennobrecem a humanidade — o amor da patria, a abnegação, a fé, o heroismo em frente da morte, o respeito pelos antepassados, a generosidade, a protecção ás artes, ás sciencias e ás letras, que ella hospeda nos seus salões, nas suas livrarias e nos seus museus.

Isto é o que diz a historia imparcial.

Alliando-se quasi sempre entre si, com raras excepções de sangue plebeu — não menos pujante, nem menos bravo, e que entrava n'ella pela bastardia — a nobreza creou tambem um typo physico, superior ao commum da sua raça. Distinguia-se pelo porte, pelos ademanes, pela expressão, pelas feições, pelo character da physionomia. *Tem um ar fidalgo — tem acções de fidalgo* — dizemos, ainda hoje, d'aquelles que são notados pela gravidade e elegancia da figura, e dos que, nos actos da sua vida, revelam a gentileza e finura do espirito, um animo largo, um nobre coração.

É a tradição que d'elles ficou, e que veio até nós, como uma grande sombra, atravez dos tempos.

De estirpe régia muitos d'elles, tendo os seus antepassados nas casas reaes de Castella e de Portugal, companheiros dos reis, e creados nos seus paços, eram os sustentaculos naturaes da monarchia, os

braços em que ella se amparava, as mãos válidas, que a defendiam. Representavam-a nas côrtes estrangeiras, combatiam e morriam por ella nos campos de batalha, hasteavam o seu pavilhão na terra e nos mares, e desfraldavam-o ovante, na Africa e na Asia — em Ceuta, em Arzilla, em Goa, em Ormuz, por todo esse mundo d'além-mar, que nós então senhoreavamos! Medianeiros entre a auctoridade real e o povo — esses homens, comprehende-se que fossem orgulhosos, do legitimo orgulho, que nos dam a consciencia das grandes acções praticadas pelo heroismo dos nossos maiores, e a do proprio valor e dos serviços prestados ao rei e á patria!

Uns datavam os seus brazões dos Arcos de Val de Vez, da tomada de Santarem, das conquistas de Lisboa e de Silves, das Navas de Tolosa, do Salado; os seus avós tinham combatido, ao lado de Affonso Henriques, de Sancho I, de Affonso IV, contra os arabes e os leonezes. Datavam outros de não menos famosas victorias nos annos da patria portugueza — dos Atoleiros, de Trancozo, de Aljubarrota, onde tinham firmado na cabeça do Mestre d'Aviz a corôa, que o povo levantará do chão, e que o leão de Castella queria empolgar. E não eram menos gloriosos os que vinham de Ceuta, d'Arzilla, d'Azamor, de Mazagão, dos descobrimentos e conquistas, de Goa, de Diu, d'Ormuz, e que foram acabar n'aquelle sombrio e sanguinolento naufragio de Alcacer-Kebir!... D'esses quantos ali estavam, quantos ali foram, obrigados pelo nome! Que os mais velhos, os mais experimentados, bem suspeitavam o revez, bem sabiam quanto era arriscada a empreza. Mas nobresa obriga... Eram fidalgos — acompanharam o seu chefe, o seu rei, e com elle morreram!

*

* *

Estes, de que fallamos agora — nomes antigos, historicos, alguns condecorados com titulos novos — como homens tinham valor bastante para continuar a tradição dos antepassados — provaram-o em cem combates — mas os tempos e os reis já eram outros.

Não batalharam D. Manuel, nem D. João III. A figura de D. Sebastião — o ultimo rei cavalleiro — apparece-nos como deslocada n'esta nova serie de monarchas politicos, inspirados, se não já inteiramente dominados, pela razão d'estado. De D. João II para cá subiu á maxima grandeza a auctoridade, o poder real, porém os reis tinham diminuido no valor e na estatura — eram mais reis e menos homens. Começava por então a reinar, simultaneamente com elles, outra dynastia — a dos validos, a dos Escrivães da puridade, a dos condes da Castanheira e de Castello Melhor.

Se D. Nuno Alvares podia jurar, sobre a cruz do seu montante, que tinha visto, no mais acceso da batalha, o Mestre d'Aviz, rodeado de inimigos, brandir a sua facha d'armas; Mathias d'Albuquerque, o Marquez de Marialva — o primeiro, o do grande coração — o conde de S. João, o heroico André d'Albuquerque, mentiriam, se affirmassem que a espada dos Braganças d'Azamor, e da India, brilhara de novo á luz do sol, na mão de D. João IV, á frente dos terços portuguezes, no Montijo, nas linhas d'Elvas, no Ameixial, ou em Montes Claros.

A tradição antiga, e os feitos modernos, a fama

dos antepassados e as glórias recentes, os serviços prestados a D. João iv — tinham-lhe posto na cabeça a corôa de rei de Portugal, defendendo-a com a espada e com a fazenda — tudo isto explica, se não justifica, o character altaneiro, os assomos de desvairado orgulho, os impetos furiosos da vaidade offendida, e os excessos criminosos das paixões desenfreadas d'esta nobreza, d'esses homens, que, no dizer d'um d'elles — o conde da Ericeira — eram, em todas as occasiões, os primeiros a expôr as vidas e a fazenda pela defeza do reino.

É o orgulho quem inspira ao primeiro dos Marialvas aquelle famoso legado do seu coração, para que lh'o guardassem no tumulto de D. João iv; é o orgulho quem dominava o velho e celebre marquez de Cascaes, quando, por despeito de não lhe haverem feito uma mercê que requeria, atirou com a espada aos pés do Regente; é o orgulho que fez arremeter o conde da Torre, no paço, contra um homem considerado na côrte, acutilando-o, só porque este inadvertidamente o pizara! E não valiam, para mitigar esta exaltação da consciencia do proprio valor, nem os dictames d'uma religião, que manda perdoar as offensas, nem a lenidade natural do character feminino, porque vemos um filho do conde de Villa Flor, chantre da Sé d'Evora, offendido por um conego, mata-lo, alli, na Sé, esquecido do logar sagrado, das vestes que trajava, dos votos que fizera, e só lembrado de que era filho de D. Sancho Manuel, e que, como tal, só com sangue podia lavar uma affronta; e é a marquez de Tavora quem, melindrada na sua vaidade, se atreve, dentro do paço e na presença da infanta, filha do Regente, a esbofetear-lhe a propria aia!

Grande devia ser, de certo, a injuria para tão grosseiro e temerario desabafo! Pois não foi, nem passou de ridicula a causa de tal rompimento — gravissimo e tragico depois, pelas suas consequências. O episodio é caracteristico. Antecipamos as épocas, visto que o caso se deu em novembro de 1672, e damos a narrativa com as proprias palavras da chronica. Ficará assim mais picante, no estylo do tempo.

«Succeheu n'estes dias o desterro da Marquieza de Tavora, e a morte do Marquez, seu marido; as causas se referem com tanta variedade, que dentro de sua mesma casa se ouvem com differença. Relatarei a mais recebida e menos escrupulosa. Creava a Senhora Infanta de Portugal uma ama, senhora, se não do melhor sangue, das mais lindas prendas; entre outras tinha singulares mãos para compôr o adorno da cabeça ao costume d'aquelle tempo, em que cada dia variavam as cabeças de muitas. Succeheu pedir-lhe a dita marquiza para sua filha um toucado (assim chamavam ao costumado adorno), com o encarcerimento que fosse o mais vistoso, que podesse ser: saiu tanto a seu gosto que, para o ter na singularidade, lhe pediu o não fizesse semelhante a outrem, do que alcançou palavra de promessa. Visto o toucado, foi gabado e appetecido de muitas; entre todas se empenhou a mulher d'um valido em que a artifice lhe havia de fazer outro toucado, que em nada fosse dissemelhante do visto: fel-o assim a pobre senhora, appareceu aos olhos da prohibição, e cegos da ira, que ascendeu a soberba, foi a palacio, e com palavras e mãos descompoz a que compunha a cabeça das outras. A Senhora Infantinha, vendo maltratar a ama, levantou a voz, e foi correndo até topar com S. A. (o Infante D. Pedro), que, voltando a saber a

causa, achou, na descomposição da aggressora e da paciente, manifestos indícios do excesso. Affirma-se que na gravidade com que S. A. se reprimiu, n'esta occasião, mostrou bem a grandeza do real animo.»

D. Pedro conteve-se — que elle naturalmente sentiu impulsos para fazer á marquezia o que ella fizera á ama — mas a insolita ousadia da fidalga não ficou impune. Um decreto desterrou-a para quarenta legoas da côrte.

«Era o Marquez o sujeito de quem Sua Alteza fazia mais estimação» diz o chronista; isto e o proprio orgulho não seriam, decerto, tam bons conselheiros no animo da culpada, que ella acceitasse e cumprisse resignada a dura sentença, e não tentasse esquivar-se á pena, em que, por seu mal, incorrera.

O Marquez de Tavora, informado do escandalo e do castigo, procurou conjurar a tempestade, mas parece-nos que elle, n'esse momento, pensando na difficuldade da situação, emquanto o seu coche rodava para o Palacio, preferia ser ainda o conde de S. João da Pesqueira, e ter que romper, e levar deante de si um terço hespanhol, ouriçado de piques e mosquetes, um terço d'aquelles bravos veteranos das guerras de Flandres, que elle desbaratara tantas vezes nas batalhas da Restauração. D'ali saíra vencedor; d'este lance agora ou sairia ou não.

D. Pedro ouviu-o, quando elle, allegando ter de acompanhar a marquezia no seu desterro, lhe pediu licença para o fazer; mas a resposta do Regente foi — que lhe parecia isso muito bem, e que fosse em boa hora! Um raio, que lhe aniquilou todas as esperanças! Sua mulher expulsa da côrte, elle despedido com aquellas seccas e altivas palavras! Não lhe valeram, ao primeiro dos Tavoras, n'este transe,

nem o antigo favor do príncipe, nem a memoria dos seus grandes e brilhantes feitos!

Saiu do palacio, levando a morte no coração, e recolheu-se á sua quinta do Campo Pequeno. Alli o procuraram, a dar-lhe pezames, o duque de Cadaval, que elle não quiz receber, e muitos senhores da côrte, e ahi, tomado da «vehemencia da sua imaginação», e não resistindo á affronta, caíu fulminado por uma apoplexia, na noite de vinte e cinco d'esse mesmo mez de novembro!

Contra o heroico fidalgo, ainda na força da vida — tinha apenas trinta e oito annos — contra aquelle destemido conde de S. João, que fôra o terror dos hespanhoes, e que, como o famoso Ney, se podia chamar bravo entre os bravos, poderam, em poucos dias, as palavras d'um príncipe, que não era D. João I, nem D. João II, o que não tinham podido, em quinze annos de renhidos combates e batalhas, as balas e as espadas castelhanas!

*

* *

Estes factos, que citamos — bem poucos, d'entre tantos que resaltam das paginas d'esta chronica, que vamos folheando — deixam-nos entrever o que eram estes fidalgos — os generaes da guerra da Restauração. Não é á luz d'um criterio estreito e burguez, que lhes podemos medir a estatura; não cabem no seu campo de observação. Vistas e examinadas de perto, reconhece-se que estas figuras saem fóra das molduras modernas. São acanhadas para ellas. No bem e no mal não se confundem estes homens com os de hoje, exorbitam do commum da humani-

dade. E, transportados para o nosso tempo, alguns far-nos-hiam o effeito de monstruosas creações da phantasia!

Mas eram assim, e como que vasados todos no mesmo molde — os grandes e os pequenos. E para o provar surge-nos n'este ponto, de improviso, o nosso heroe — D. João de Castro.

*
* *

Estava a côrte em Almeirim, para onde, provavelmente, tinham ido caçar, quando chegou alli a noticia da morte do marquez de Tavora. Eram apparentados D. João e o fallecido, visto serem ambos casados com filhas do conde de Sarzedas. Os deveres de cortezão, o desvalimento dos Tavoras, e as conveniencias do proprio interesse, que não é de uso desprezar, nada d'isso obstou a que elle, obtida a licença, corresse, a bom galopar, para Lisboa! E tanto correu, que, ao saltar uma valla-real o fogoso cavalleiro, o cavallo lhe caiu dentro; valendo-lhe, para não ser mortal o desastre, ir cheia d'agua, ficando, porém, ainda assim tão maltratado, que tambem se espalhou a noticia da sua morte.

«Valeu-lhe a brandura do colchão, para escapar com vida» — diz o chronista na sua phrase amena, torneada, e ás vezes aguda como um punhal!¹

¹ Não era amigo dos fidalgos este fr. Alexandre da Paixão ou quem foi o auctor d'estas Memorias. Curiosa figura esta, que se esconden para nós na sombra, e que no seu tempo pertencia á opposição. Inimigo dos nobres, dos jesuitas, dos judeus e dos christãos novos, é fanatico, folga com os autos de fé, e applaude-os do coração. Em politica pertence ao partido do

CAPITULO V

O conde de Mesquitella

Final da tragedia de S. Domingos

OS LANCES DO ACASO E AS AURAS DA FORTUNA.—SINGULAR DESTINO DO MARQUEZ DE SANDE.—LENDA HISTORICA DA SUA MORTE.—DUAS CONSPIRAÇÕES.—O CONDE DE MESQUITELLA E D. JOÃO DE CASTRO.—AMORES DO CONDE COM A CUNHADA.—REFUGIA-SE NO CONVENTO DE ODIVELLAS.—É PRESO, E DEGREDADO PARA A INDIA.—APARECE EM 1674 EM ROMA.—A CRUZ DE S. PEDRO E A DO ADRO DE S. DOMINGOS.—O ULTIMO ACTO.—MORRE O CONDE EM ROMA, EM CASA DE D. FRANCISCO DE LIMA. O ESPECTRO DO ASSASSINADO.—O ACASO TAMBEM É SHAKESPEARE.

Têm os lances do acaso estranhos encontros com as auras da fortuna! Caminhava nos braços d'esta o marquez de Sande, e, de improviso, a morte traiçoeira corta-lhe o passo, e prostra-o. A boa sorte, que não o abandonara nos perigos da guerra e nas luctas da diplomacia, fugiu-lhe agora, quando elle estava no zenith da sua brilhante carreira, deixando-o acabar obscuramente nas trevas da noite, ás mãos d'uns sicarios!

Receiava-se elle do perigo, que o ameaçava? Se até aquelle dia trazia despreoccupado o animo, as palavras que ouviu aos fidalgos, na Capella Real, deviam pol-o desde logo em guarda, e talvez seja prova

povo: não occulta as suas sympathias, e não se acurva perante a auctoridade do rei, o que é extraordinario, n'aquelle tempo em Portugal. Ha n'este livro das *Monstruosidades* um trecho audacissimo sobre a monarchia, que não faria escandalo na bocca d'um republicano dos nossos dias, mas que, escripto por um frade, e no tempo d'El-Rei Nosso Senhor, é realmente assombroso!

de que não lhe passou despercebido o rebato, o sair d'alli na liteira de D. Francisco de Lima. Se foi assim não lhe valeu, infelizmente, o estratagema: os inimigos eram arteiros, e descobriram-o. Os seus dias estavam contados.

Ha destinos singulares — tal foi o d'este homem. A felicidade acompanhou-o durante a vida, mas a desgraça empolgou-o na morte — tão cruel e desamparada — e, perseguindo-o na sua memoria, lançou sobre ella o veu d'uma mentira, que a tradição conservou até aos nossos dias! Duas conspirações — a dos seus inimigos contemporaneos, e — o que é mais extraordinario — a da historia!

Não dizia a verdade a carta de D. Pedro a Luiz xiv, occultaram-a, como elle, os que, testemunhas ou proximos dos acontecimentos, deixaram correr e auctorisaram, com o seu silencio ou com o depoimento escripto, a lenda de que o marquez fôra morto por engano — por erro, dizem elles.

Esta conspiração da penna é mais torpe e feia que a do punhal. Esta affrontou os ferros, não da victima, que não se poudo defender, mas os da justiça, que a havia de castigar; — a outra, a dos historiadores, não tem, para a desculpar, as paixões violentas, os animos irritados, o interesse d'um homem, que via na conservação da vida d'outro uma ameaça á fortuna da sua casa: — é uma cilada, armada á boa fé dos vindouros, uma traição, e uma verdadeira e indesculpavel covardia. E commetteram-a homens como Diogo Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*, e o auctor da *Historia genealogica da Casa Real*, o erudito D. Antonio Caetano de Sousa!

Não se abafou todavia, no tempo, o escandalo do

attentado de S. Domingos. Foragidos — dentro e fóra do Reino — perseguidos pela auctoridade real, junto da qual não lhes valeu nem a alta posição social, nem as suas relações de familia, os criminosos continuaram de certo a occupar as attensões dos principes, da nobreza, dos magistrados e do povo.

Eram altos, e davam muito na vista, para poderem ser esquecidos.

*

*

*

Perverso e desaforado, este conde de Mesquitella! Era dos Castros do Torrão, e, creio eu, filho do fidalgo do mesmo titulo, D. Rodrigo, que militara em altos postos na guerra da Restauração. Pelo appellido devia ser parente do nosso D. João de Castro, e homem novo ainda, a julgarmos pela violencia e natureza dos seus crimes.

Já vimos que não respeitava a vida dos homens; vamos ver a consideração que lhe merecia a honra das mulheres, e o decoro da propria familia. Aqui foi que elle de todo se perdeu.

A monte, desde a fatal noite da espera no adro de S. Domingos, estava, em 1671, homisiado em casa do sogro, e ahi travou criminosos amores com a sua propria cunhada!¹ Não perdoou o pae a affronta — manifesta nos seus effeitos — mas não a castigou por suas mãos, que seria isso publical-a, e

¹ O conde de Mesquitella, D. Noutel de Castro, era casado com uma filha de D. Diogo de Lima e da condessa de Armamar, viuva do conde Ruy de Mattos e Noronha, justicado por conspirar, com o duque de Caminha, o marquez de Villa Real, o arcebispo de Braga, e outros, contra D. João iv.

augmentar a sua desgraça. Procurou o Regente, e contou-lhe o nefando caso. Imagine-se a colera do principe: estava impune ainda o primeiro attentado!

Descoberto o novo crime refugiara-se o conde no mosteiro de Odivellas. Procurara bom ninho o esfaimado abutre; teria alli consolações para o seu coração o amoroso fidalgo. As virgens do Senhor talvez conseguissem abrandar aquelle animo bravio, que até alli andara tão longe do arrependimento, tomado da ira e da lascivia.

Mas não teve o peccador tempo para cair em si, penitenciando-se das culpas, nem as monjas tiveram occasião de experimentar n'elle a efficacia das suas receitas espirituaes. Denunciado pelo sogro o esconderijo, alli foi o desembargador João de Mello, que o trouxe preso, decerto com todas as etiquetas devidas á sua alta hierarchia e ao sagrado do lugar, a que elle, adultero e homicida, se acolhera, profanando-o!

A prisão do conde de Mesquitella e a sua chegada á côrte revocaram á memoria de todos o caso de S. Domingos: era esse o crime de que principalmente o accusavam. Por este, e por outros — a sua alma parece que era viveiro de maldades! — o condemnaram a degredo perpetuo para a India. O attentado recente — os amores e a deshonra da cunhada — esse sabia-o o paço, e não o ignoravam os juizes, mas não figuraria no processo, em attenção, não ao réu, mas á familia da victima.

É facil imaginar que não correu elle, sem que a mãe e os parentes do conde se esforçassem por abrandar a severidade dos juizes, e sem que, lavrada a sentença, implorassem ainda a clemencia do Regente, pedindo-lhe que moderasse o rigor da pena.

Tudo, porém, foi baldado. D. Pedro, inexorável, fel-a executar.

Em meiado de março de 1672 partiram de Lisboa — com destino á India — duas naus e um navio, com muita e escolhida soldadesca, a mais d'ella voluntaria. Levavam por capitão-mór a João Correia de Sá, e deviam ir precavidos, porque, havia pouco, os corsarios barbarescos tinham feito pazes com os inglezes, «e n'este mez de março saíu dos portos de Argel e Salé uma inundação de piratas, que coalharam estes mares». ¹ A bordo da nau almirante iam o Arcebispo de Gôa e o conde de Mesquitella; este preso, e para o seu degredo.

*
* *
*

Foi este o ultimo acto da tragedia de S. Domingos. Mas não se passou n'esse remoto e historico theatro do Oriente o ultimo acto da vida do irrequieto fidalgo. Entraria, finalmente, no seu espirito, combatido de tantas e tão grandes desgraças — proprias e alheias — o arrependimento? Pungil-o-hiam as saudades da patria, esta doença a que não resistem as almas de mais rija tempera, e quereria elle, ao menos, respirar o ar da Europa? Fosse qual fosse a causa, o que é certo é que fugiu da India, e em 1674 estava em Roma!

Aquella cruz do Redemptor, que não lhe conteve a mão assassina e sacrilega; aquella cruz, que elle não respeitou na occasião do crime, parece que, na

¹ Monstruosidades, etc., pag. 193.

sua infinita misericórdia, o ficara chamando! E elle viera lançar-se aos pés do Summo Pontifice, para que este lhe desse, com a auctoridade do Rei dos Ceus, o perdão, que não alcançara dos reis da terra. Segredos d'uma alma, que o remorso talvez atormentava... Mas os acasos do destino trazem ás vezes consigo tremendas e mais severas punições!... Foi em Roma, — em casa de D. Francisco de Lima — que o conde de Mesquitella morreu! Fôra na liteira do mesmo fidalgo, que elle matara o marquez de Sande, no adro de S. Domingos!

Na hora solemne da ultima despedida, aquella figura de D. Francisco era, na alma torva do conde, um sinistro traço de união entre dois momentos terríveis — o principio da sua desgraça e o fim da sua vida!

Não sabemos qual o papel de D. Francisco de Lima na tragedia — se amigo, se traidor — mas a sua presença havia de avivar no espirito attribulado do moribundo a memoria, nunca de certo apagada, da nefanda scena, e a imagem do assassinado deveu apparecer-lhe ameaçadora, nas ultimas visões da agonia! Viu-a de certo. Oh, que viu! Vinha pela mão de D. Francisco o phantasma, e livido, e ensanguentado, mostrava-lhe as feridas, e pedia vingança!

Dura morte deveu ser a d'este conde de Mesquitella! Fugiu da India, fugiu do castigo, alcançou talvez o perdão da Egreja, mas não poudes — ninguem pode — fugir aos remorsos!

Um grande Shakespeare, o acaso! Que scenas, e que surpresas elle, ás vezes, nos prepara!

CAPITULO VI

O casamento de D. Affonso VI

CORRE-SE O PANNIO SOBRE A TRAGEDIA.—O QUE FOI FEITO DE D. JOÃO DE CASTRO.—AS VELHAS HISTORIAS E OS VELHOS QUADROS.—AS FESTAS REAES DE 1662 E 1666.—D. JOÃO DE CASTRO, E OS CONDES DA TORRE E DE SARZEDAS.—JOGOS DE CANNAS, TOURADAS E FOGOS D'ARTIFICIO.—UM RELANCE SOBRE A VIDA DA CÔRTE.—PRIMEIRO ENCONTRO DE D. MARIA FRANCISCA DE SABOYA COM O REI E O INFANTE D. PEDRO.—O CONDE DA ERICEIRA E OS PADRES DE VERJUS E VILLES.—TRISTES PROGNOSTICOS.—A COMITIVA DA RAINHA.—M.^{me} DE MAINTENON.

Corramos o panno sobre a tragedia. Jazem ambos — o algoz e a victima. Os outros assassinos, villões subalternos, desapareceram na sombra dos carcere- res, nos bancos das galés, nos presidios da Africa.

Voltemos atraz. O que foi feito de D. João de Castro? Denunciado, presos os seus creados, foge á justiça, e anda homisiado, com o conde, dentro e fóra do reino. Apresentou-se depois, justificou-se, provou a sua innocencia? Ou protegeu-o a influencia dos parentes, o alto valimento do conde de S. João, seu cunhado, e o do conde de Sarzedas, seu sogro?

Fr. Alexandre da Paixão não nos diz uma unica palavra, que derrame a menor luz sobre o caso. Parece-nos, pois, que não figurou D. João n'este famoso processo, porque, se lá entrasse, não o deixaria no escuro o annalista, que tão frequentemente nos conta os seus feitos, e tão bem informado se mostra dos acontecimentos cortezaos.

Estas velhas historias são como os quadros antigos. Aparecem-nos estes, escurecidos, enfumados,

cobertos pela *patina* do tempo, mas quando a mão diligente e os olhos attentos do artista restaurador, vão, a pouco e pouco, levantando as camadas que o pó dos seculos depositou sobre a pintura, á nossa vista supresa surgem figuras e accessorios, até alli invisiveis, e é quasi uma nova composição o que finalmente contemplamos!

As sombras que, no principio d'este estudo, encobriam o vulto e as feições do aventureiro fidalgo, vão adelgaçando, rompem-se aqui e acolá, e de quando em quando uma frecha de luz, batendo-lhe em cheio, mostra-o, de corpo inteiro, em toda a sua pujança e desenvoltura. Fallam-nos d'elle outros escriptores, seus contemporaneos. Aqui o temos no *Portugal Restaurado* do conde da Ericeira.

Cavalleiro e toureador, figurou D. João de Castro nas *touradas reaes* que houve, quando, em 1662, festejaram em Lisboa, com pomposos divertimentos e alardos, o ajuste de casamento da infanta D. Catharina, filha de D. João IV, com Carlos II, de Inglaterra. Eram tres os cavalleiros, D. João, o conde da Torre e o de Sarzedas. Tourearam todos — diz o da Ericeira — com grande destreza e luzimento. Quatro annos depois novo casamento real — o de Maria Francisca de Saboya, duqueza de Aumale, com D. Affonso VI — e novas e mais esplendidas festas na côrte de Lisboa — jogo de cannas, touros, fogos de artificio com dragões combatentes, chammejantes e furiosos, e outras invenções da *pyrotechnia* nacional.

Nas invenções e apparatus de taes divertimentos lembrava ainda a antiga nobreza o esplendor de D. João II e de D. Manuel.

*
* *

Atravez das paginas d'estas memorias chega até nós o tumultuar da vida d'então—o rodar dos coches, o tropear dos corceis, os applausos e o vozear confuso das multidões, agitando-se e redemoinhando nas ruas e praças.

Se nos debruçamos da varanda, para ver um elegante cavalleiro, que vae, na Rua Nova, caracolando e fazendo piaffés com o seu alazão, apparece, lá ao longe, o numeroso cortejo d'algum embaixador, caminhando para nós. D'outro lado descobre-se uma praça —o Terreiro do Paço—vistosamente decorada, onde a flor da cavallaria, trajada de sedas, deslumbrante d'oiro e prata, mostra nas voltas e nas corridas, no investir e no furtar-se, todos os primores da arte equestre, com que se encantam os olhos e se conquistam os corações. Além, para o lado da Sé, vão caminhando procissões, longas, interminaveis, variegadas no colorido e no brilho —alternando os habitos monasticos, singelos e pittorescos, com as grandes dalmaticas, todas oiro, e as mitras dos grandes sacerdotes, cravejadas de pedraria, cegando os olhos com os fulgores do sol oriental... Agora, alli em frente, abre-se a vista sobre o rio, coalhado de naus de alto bordo, de bergantins, e de barcos, coleando rapidos por entre ellas, com as suas flammulas, bandeiras e galhardetes, e toques de trombetas e tambores, e ribombos de artilheria, na terra e no mar...

Não escrevemos a historia d'esse casamento real, porém está-nos aqui fazendo negaças uma pagina do

conde da Ericeira — não pelo primor litterario, mas pelo interesse do episodio — de tal forma que não lhe resistimos. É a descripção do primeiro encontro da Princeza de França e do rei D. Affonso. Eil-a:

«Chegou o bergantim de El-Rei á capitania, em que a Rainha vinha embarcada, que estava e os mais navios da armada franceza com toldos vistosos, e ornados de flammulas e galhardetes de differentes côres. Abateu a capitania a bandeira, disparou toda a artilheria, e o mesmo fizeram os navios da sua conserva. Desceu o marquez de Sande a beijar a mão a El-Rei e ao Infante. Seguiu-se o bispo de Laon a significar a honra, que a sua casa recebia n'aquella função, e ambos recebeu El-Rei com benevolencia, e logo subiu ao navio e o Infante por uma escada larga; e no primeiro degrau d'ella estava o marquez de Ruvigny, general da armada, a quem El-Rei agradeceu (sendo interprete o marquez de Sande) a fineza que havia executado, assim em se ajustar o casamento, como n'aquella jornada.

«A infantaria franceza estava formada no convez, e, em ala, a companhia do conde de Maret do portaló até á porta da camara, em que estava a Rainha, onde El-Rei e o Infante entraram; e na primeira vista mostraram os Reis, no sobresalto que manifestaram nos semblantes, os funestos infortunios d'aquellas apparencias de matrimonio, e não foi poderoso todo o luzimento d'aquelle dia a divertir a magoa, que padeceram os cortezaões, de verem entregue aos desconcertos da vida de El-Rei uma das mais excellentes princezas da Europa na virtude, na prudencia, no agrado, na discrição e na formosura. Á porta da camara veio a receber a El-Rei, que lhe fallou poucas e estudadas palavras, explicadas pelo

marquez de Sande, e tambem as razões, que ella discretamente lhe respondeu.»

Eis o que diz um fidalgo cortezão da primeira entrevista dos reaes noivos. É triste. D. Affonso não sabia francez, e o conde da Ericeira não se esquece de accentuar aqui, em dois logares, essa ignorancia.

As scenas que em terra precederam aquella visita a bordo, foram vergonhosissimas, e tudo isto condiz com o que se passou depois, quando a Rainha deu entrada no Palacio.

«El-Rei — continúa o auctor do *Portugal Restaurado* — depois de despender poucas palavras, deixou a Rainha no seu quarto, e passou a outro, em que o esperavam os seus continuos assistentes, e com elles desafogou a oppressão e ancia, que havia padecido o tempo que durou a funcção d'aquelle dia, e, chegadas as horas em que devia voltar para o quarto da Rainha, não houve diligencia, nem persuasão alguma, que o obrigasse, tomando varios pretextos de indisposições, que acabaram de destruir todas as esperanças, mal fundadas, que a sua familia domestica podia ter, da sua successão, que de todo não estava introduzida na desconfiança universal, pelas repetidas acções com que El-Rei as dissimulava.»¹

Confronte-se esta narrativa do conde da Ericeira com o que escreviam, para França, M. de Saint-Romain e o padre Verjus, dirigindo-se a Colbert, o grande ministro de Luiz xiv. «*Il ne se peut rien adjouster au respect et à l'estime, qu'on a pour elle en ce pays, et elle y a été fort bien servie*» — diz o embaixador. E Verjus, abundando nos mesmos termos:

¹ *Portugal Restaurado*, tomo iv, pag. 452.

*«Le roi passe toutes les après-disnées dans la chambre de la reine, et ne peut presque demeurer sans la voir. Il a des complaisances pour elle qu'on n'a jamais que pour les personnes qu'on aime beaucoup.»*¹

Onde está a verdade?

O conde da Ericeira era do partido do infante D. Pedro, mas os acontecimentos posteriores, os actos do rei, confirmaram os tristes prognosticos que todos, n'esse dia, fizeram de tão mal estreiado consorcio.

*
* *

Na comitiva de D. Maria Francisca de Saboya vi-nham, além do bispo de Laon, seu parente, e do embaixador M. de Saint-Romain, o doutor Yvelin, medico, o cirurgião Velhera e os padres Luiz de Verjus e Villes. Entre as damas de honor a mais qualificada era Victoria de Cardillac e Bourbon.

Madame de Maintenon, a futura esposa morgantica de Luiz XIV, esteve para a acompanhar; mademoiselle d'Aumale, já rainha de Portugal, queria trazer-a comsigo.

Portugal era longe, e Versailles ficava-lhe muito mais perto. A sua boa estrella prendeu-a em França.

Se a viuva de Scarron tem vindo, que interessante capitulo de memorias lhe forneceria a vida da nossa côrte! Um capitulo, que, apesar e por causa d'isso, ella se guardaria, não de contar, mas de escrever. . .

¹ *Les portugais en France, les français en Portugal* — par Francisque Michel — pag. 65.

CAPITULO VII

As festas reaes

O TERREIRO DO PAÇO — DANÇAS E POVO — AS QUADRILHAS DOS CAVALLEIROS FIDALGOS — ESPLENDIDAS TOURADAS — O CORTEJO DOS TOUREADORES — O CONDE DA TORRE, D. JOÃO DE CASTRO, O CONDE DE S. JOÃO E FRANCISCO DE TAVORA — GRANDES FESTAS E RUIM CASAMENTO — O QUE NÓS FOMOS !...

Foram estrondosas as festas esponsalicias, e proprias para satisfazerem os mais exigentes em materia de ostentação e de fausto realengo.

Começaram pelo jogo das cannas, e damos-lhe tambem aqui a preferencia por menos conhecido, e pouco vulgar nos espectaculos modernos. Realisou-se, como os outros, no Terreiro do Paço, que estava ricamente decorado, com palanques e varandas, custosamente armadas.

Nas janellas do centro e esquerda do Palacio assistiam o Rei, a Rainha, e o Infante, as damas, as donas de honor, e os creados, e nas da direita viam-se os officiaes da Casa Real e os embaixadores estrangeiros. Nos palanques brilhava o mais luzido da côrte, e na praça estavam muitas danças, vestidas de varias sedas, e uma grande multidão. Apenas El-Rei appareceu na janella começou-se a regar a praça, e em seguida entrou n'ella D. Francisco de Sousa, capitão da Guarda allemã, que, com as ceremonias costumadas, a desembaraçou do povo.

Apresentaram-se então o conde de Miranda, Governador das armas e da Relação do Porto, e o visconde de Villa Nova, Estribeiro-Mór de El-Rei, e Presidente da Junta do Commercio, e ambos Conse-

lheiros d'Estado, que tinham sido nomeados padrinhos; os quaes, depois de pedirem licença, saíram, e voltaram á praça, seguidos cada um de quatro quadrilhas.

Os quadrilheiros, todos da mais alta nobreza, eram oito—o marquez de Gouveia, Mordomo maior de El-Rei e do Conselho d'Estado, a quem saiu, nas sortes das côres, que se tiraram na Secretaria d'Estado, de pardo e oiro; o conde de Castello Melhor—o valido—do Conselho d'Estado, e Escrivão da Puridade, azul e oiro; o marquez de Marialva—o das Linhas d'Elvas e de Montes Claros—do Conselho d'Estado, Capitão general do Alentejo, Governador das armas de Lisboa e da Extremadura, nogueirado e prata; o conde de Aveiras, Gentil-Homem da Camara do Infante, e Regedor das justiças, branco e oiro; o conde da Torre, Gentil-Homem da Camara do Infante, do Conselho de Guerra, Mestre de Campo General da Côrte e da Extremadura, acamurçado e prata; o conde de Villa Flor, do Conselho de Guerra, alaranjado e prata. A ultima quadrilha, a oitava, era commandada pelo conde de S. João, Gentil-Homem da Camara do Infante, do Conselho de Guerra, Governador das armas de Traz-os Montes, Mestre de Campo General de Entre Douro e Minho, e vestia verde e oiro. Todos estes chefes nomearam para as suas quadrilhas cinco fidalgos, do seu mesmo sangue e appellido.

Eram, portanto, ao todo, quarenta e oito cavalleiros, que desfilaram na praça em vinte e quatro parcellas. Nenhum podia apresentar mais de dois lacaios—aos chefes eram-lhes permittidos vinte e quatro. Devia pois ser brilhante o cortejo. As marlotas, os jaezes, e as librés eram riquissimas.

Principiou o jogo por uma escaramuça de um só fio. Dadas poucas voltas, dividiram-se em dois, e travaram-se varias vezes, e depois d'este vistoso exercicio, saíram da Praça, correndo cada parelha da janella de El-Rei até á porta. Mudados os cavallos, compozeram-se de novo as quadrilhas, e entraram como da primeira vez, occupando os quatro angulos do Terreiro e os dois lados. Passaram a carregar cada uma a que lhe ficava fronteira, alternando-se com tanta ordem e destreza, que de todos foi esta festa applaudida, quando, finalmente, separando os padrinhos a contenda, a deram por terminada.

A's corridas das cannas seguiram-se as dos touros, e aqui temos D. João de Castro como cavalleiro, no segundo dia. No primeiro fôra o conde da Torre. O ultimo dia coube ao conde de S. João e ao seu irmão, Francisco de Tavora.

Bem mereciam o nome de reaes estas touradas — tanto era o apparato, o deslumbrante luxo, com que se apresentavam os fidalgos! O conde da Torre entrou na praça com doze creados, com os fatos guarnecidos de alamares de oiro, a martelló! O cortejo dos Tavoras esse compunha-se de trezentos homens, vestidos de diversas telas e chamalotes, guarnecidos de passamanes de prata e oiro! D. João de Castro vinha acompanhado de cento e sessenta, com trajos de varias nações, todos de seda, tambem com passamanes de oiro e prata!

Devia ser um mestre, eminente na arte, quem era assim escolhido para figura principal em festas de tanto esplendor, e quando não faltavam decerto outros, que ambicionassem aquella distincção. Os seus parceiros n'este torneio, D. João de Mascarenhas, conde da Torre, e Luiz Alvares de Tavora, o celebre

conde de S. João da Pesqueira, além de illustres na guerra, gosavam já de grande influencia, e foram depois, durante a regencia, os validos de D. Pedro.

*
* *

Grandes festas, mas ruim casamento. Tudo para os olhos, nada para o coração!... Era isto o que devia pensar a nova Rainha, poucos dias depois de ter pisado a terra portugueza. Mas o povo divertiu-se, e a nobreza teve mais uma occasião de ostentar as suas galas, e mostrar á illustre princeza que, para cá dos Pyreneus, n'este canto afastado da Peninsula, mantinham-se ainda as cavalleirosas e lendarias tradições d'aquelles fidalgos, que, n'outras eras, em França e em Inglaterra, tinham deixado inscripto o seu nome nas paginas mais brilhantes do Livro de oiro dos torneios e passos d'armas!

Pelo fausto da apresentação devemos concluir que era opulenta a casa de D. João de Castro. A despeito do captiveiro dos sessenta annos, e das guerras da Restauração, via-se o que fomos, nas ruinas da passada grandeza! Ainda nos vinham naus da India e da America...

O que isto foi! Santo Deus! Quando a gente dá os primeiros passos na vida antiga, e entra no grandioso theatro da nossa historia, sente-se como um deslumbramento, e, apesar de não descrermos da humanidade, o desejo de voltar costas ao presente... O que ha ahí que valha, para os olhos, para a alma e para a imaginação, o espectáculo d'esses seculos de luctas, de guerras, de batalhas homericas, de conquistas, de riqueza, e de gloria?!

CAPITULO VIII

Os desafios dos fidalgos

A HISTORIA DA VIDA NACIONAL — COSTUMES PORTUGUEZES NO SECULO XVII — OS DESAFIOS — O DUELLO DE BADAJOZ — MORTE DOS DOIS ALVITOS E DE LUIZ DE MIRANDA HENRIQUES — ESCAPA, MAL FERIDO, D. VASCO DA GAMA — A NARRATIVA DO CONDE DA ERICEIRA NO «PORTUGAL RESTAURADO» — NÃO FIGURA EM DESAFIOS D. JOÃO DE CASTRO! — INTERVEM N'UM CASO DE HONRA, E DESCOMPÔE O OFFENDIDO — MANDA-O PRENDER O REGENTE — RESISTE Á PRISÃO — É POSTO A FERROS NA TORRE DE BELEM — O LEÃO NA JAULA!

Está por escrever a historia da vida nacional, dos nossos costumes, n'uma palavra, da civilisação portugueza. Dispersa nas historias e chronicas, nos documentos manuscriptos guardados nos archivos e bibliothecas do Estado, nas obras d'arte, nos museus e nas collecções particulares, ahi continuará a jazer, sem que possamos vel-a erguida em toda a sua grandeza, até que o espirito nacional, saciado das luctas egoistas das facções politicas, queira escutar a grande e eloquente voz da patria.

É tarefa para muitos a reconstituição d'essa imagem do antigo Portugal. Um só artista, por mais altas que sejam as suas faculdades, por maior que seja o seu talento, poderá delinear-a, traçar-lhe o contorno, mas não a levará a cabo; executará, quando muito, um fragmento d'essa obra collossal. Parece-nos, porém, que se approximam os tempos da sua realisação, e fazemos votos porque surjam os grandes, os geniaes architectos do que deve vir a ser um formoso monumento.

Eram mui diversos dos da actual os costumes da sociedade portugueza no seculo XVII — em muitos

pontos eram até contrários. Um povo guerreiro e conquistador, como o nosso, creado e educado desde seculos nas aventuras do mar e da terra, devia ter, e tinha, uma forte individualidade, e com ella a consciencia da sua força e do seu valor; apreciava sobretudo a virilidade, a valentia dos que, pela sua posição social, eram naturalmente chamados a commandal-o; por isso os nobres, na idade em que nós hoje enviamos os nossos filhos para as escolas, mandavam os seus para a guerra. O conde de Sarzedas, aós quinze annos, fez a campanha de Olivença! Os exemplos eram antigos, e vinham de alto. D. João II — o nosso — tinha vinte annos, quando commandou, em Hespanha, a ala do exercito de Affonso V, que ficou vencedora na batalha de Toro!

São defeitos os extremos das qualidades, e por isso eram então frequentes entre nós os duellos, os desafios, como mais propria e portuguezmente se dizia. E tão frequentes, que bem justificariam o trocadilho que, á moda do tempo, alguem com essa palavra fizesse — dez a fio. Nem era de admirar, que, andando todos armados, na paz da vida cortezã, como se partissem para a guerra, recorressem ás armas nos casos em que a maior razão é a força, e a propria justiça, sem ella, fica vencida. Nascem os valentes, como os poetas, mas fazem-se os poetastros e os espadachins. Abundavam uns e outros. Nobres e plebeus, nomes illustres, das mais illustres familias, e outros apenas conhecidos nas genealogias, apparecem-nos, a todo o momento, como protagonistas de scenas tragicas — aqui no continente, nas expedições maritimas, e nas terras d'além-mar!

O ponto de honra impera despoticamente, e não valem contra elle nem os decretos comminatorios do

reis, nem as penas espirituaes da Egreja! N'este caso podiam, e podem, ainda hoje, mais os costumes do que as leis.

*
* *

Conhecemos dos estrangeiros os seus mais celebres duellos — antigos e modernos; narram-os os seus romancistas, contam-os as suas chronicas e memorias: temos, porém, na nossa historia, alguns que, por menos conhecidos, não são por isso inferiores aos mais apregoados lá fóra. Era raro não acabarem estas pendencias tragicamente, fosse pela insufficiencia da esgrima, fosse pela impetuosidade e furia dos combatentes. E esses duellos tornavam-se, por assim dizer, duellos sem testemunhas, duellos de morte, por que os padrinhos batiam-se tambem, e, se os adversarios levavam, cada um, dois padrinhos, a lucta não era de dois, era de seis!

O coração d'estas gerações batia mais apressado que o nosso: nunca devemos esquecer-o. E esse coração estava na aristocracia — tambem o devemos lembrar. O orgulho e a vaidade andavam sempre em jogo e á compita; eram enormes as suas pretensões, devia ser exaggerada a sua sensibilidade, melhor diriamos a sua susceptibilidade. Um argueiro? um cavalleiro!

«Por leves desconfianças» — «por motivos futeis» — é com estas phrases que os nossos escriptores principiam, geralmente, as narrativas de taes recontros, quasi sempre fataes. Era isto sempre verdade, ou discreta reserva, que lhes continha a penna? Uma e outra coisa seria, que as paixões do homem são as mesmas em todos os tempos; d'ellas se geram os

motivos para taes desaforos, e ellas lhe impõem a discreção.

Sobre a justeza das allegações dos chronistas e historiadores só poderão attestar ou contestar os depositarios das tradições das familias, cujos antepassados foram, a um tempo, auctores e actores d'essas tragedias. Se as causas do desaggravo foram, ou não, justas, só esses o poderão hoje dizer, se o souberem, e se o orgulho, o respeito pelo bom nome da sua casa, lhes não ordenar, como aos contemporaneos, o silencio sobre a origem e razões do conflicto.

Desafio famoso, entre todos, foi o dos Alvitos, durante o cerco que o nosso exercito poz a Badajoz, em 1658. O motivo? Ignoramos qual fosse.

«Por levissima causa» — diz o conde da Ericeira — se desafiaram o barão d'Alvito, D. João Lobo, e seu irmão D. Francisco Lobo com Luiz de Miranda Henriques e D. Vasco da Gama, que assistiam no quartel de S. Gabriel. Todos juntos passaram pelo quartel da Côrte, e atravessaram o Guadiana. Não foram discretos, ou veio com elles a noticia do conflicto e do intento que traziam, e Joanne Mendes, que commandava o exercito, ordenou a D. João da Silva, tenente general da cavallaria, que os seguisse e os trouxesse presos. Partiu este, á redea solta, com alguns soldados, que juntou á pressa, mas, apesar da diligencia, chegou tarde. Palpitantes, nas vascas da agonia, achou estendidos no campo o barão, D. Francisco, e Luiz de Miranda Henriques! Dos quatro ficara vivo só D. Vasco, que se retirou com muitas e perigosas feridas!

«Não se poderam nunca averiguar as circumstancias d'este successo; porque D. Vasco e Luiz de Miranda, que foram os desafiantes, receberam muitas

feridas da mão do barão e de D. Francisco, e os dois irmãos morreram só de uma ferida, cada um d'elles, no hombro direito.» Isto diz o conde da Ericeira no seu *Portugal Restaurado*.

A *Historia Genealogica*, citando á margem a obra do conde, narra o caso semelhantemente, e só diverge em dizer que D. Francisco Lobo e Luiz de Miranda eram padrinhos: D. Vasco fôra o provocador.

Todos muito conhecidos e estimados, na côrte e no exercito, pelo seu provado valor e merecimento, o barão d'Alvito era Mestre de Campo, e o mesmo posto occupava, na infantaria, Luiz de Miranda, senhor de Ferreiros e de Tendaes. D. Vasco da Gama era capitão de cavallaria e primo do barão: tinha apenas vinte e quatro annos. Este retirou-se para Inglaterra, e d'ahi, em 1660, passou á India. Andou ajuizado. Exilou-se, ou, para melhor dizer, fugiu, antes que o prendessem, e para lá fosse degredado. E ahi falleceu, sem descendencia.

A singularidade — que não escapou ao da Ericeira — de serem ambos os Alvitos mortos com o mesmo golpe, no hombro direito, faz suppôr que D. Vasco, inferior aos dois irmãos no jogo da espada, vendo-se ferido e perdido, recorreu a um *coup fourré*, para se desfazer dos adversarios. Sobre o caso sentenciarão os mestres da arte, na ausencia da historia.

A nós impressiona-nos sobretudo a furia com que esses homens se accommetteram, o seu feroz encarniçamento; porque só isso explica a brevidade da lucta e os seus funestos resultados.

E tudo isto — tres mortes — por uma levissima causa!

*
* *

No meio d'uma sociedade em que o duello estava — como hoje se diz — na ordem do dia, é natural que um homem como D. João de Castro os tivesse, mesmo sem os procurar. Pois bem, entre tantas aventuras, que d'elle contam as *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, não figura um unico desafio! É de pasmar! Teriam todos medo d'elle, para o provocarem, ou acharia elle o processo longo, para se desaffrontar? Que elle não hesitava diante das maximas violencias já o sabemos, e vamos agora novamente vel-o, n'uma empreza de que se encarregou.

Era o caso de honra, e singular o modo por que o offensor queria dar satisfação ao offendido. Dos nomes não reza a historia, que diz assim:

«Tratou um homem uma mulher casada (pouco valia a joia, que a mulher que não tem honra, não tem valia, mas ha tão infames genios, que gostam do mais vil): pediu o aggressor ao offendido perdão do furto com a restituição da honra e da divida (como se fosse tão facil a restituição da honra como o perdão da culpa); achou a diligencia resistencia no aggravo, e aborrecimento na cobrança».

Sendo difficil o accordo, D. João tomou sobre si realisal-o. Foi, porém, infeliz na negociação, porque o offendido recusou-se decididamente a acceder á proposta; mas, como elle não admittia resistencias, não podendo convencer-o, espancou-o! Devia ser pessoa de estimação a victima, porque o Infante D. Pedro, sabendo do facto, ordenou que prendessem o Castro.

D. João não concordou com a ordem do Regente,

e resistiu ao ministro, que lh'a foi intimar — quero dizer — espancou-o tambem. Este procedimento « augmentou no Principe o furor, de sorte que o mandou metter na Torre de Belem, carregado de ferros!»

A fortuna ou a boa sombra, que o tinha protegido nos casos das mortes do capitão da Chamusca e do marquez de Sande, abandonou-o n'este momento. É porque n'aquelles dois crimes os offendidos foram dois particulares, emquanto d'esta vez as circumstancias tinham mudado — o offendido era o proprio Regente! Passou-se isto em agosto de 1669.

O leão estava, finalmente, na jaula! Por quanto tempo, já o veremos.

CAPITULO IX

Patria, religião e amores

AS PROCISSÕES. — A SANTA INQUISIÇÃO, O GRÃO-TURCO, E OS CORSARIOS BARBARESCOS. — A NAU E O REDEMPTOR DOS CAPTIVOS. — OS QUE IAM E OS QUE VOLTAVAM. — ROMANCES, DRAMAS E TRAGEDIAS. — A PATRIA E A RELIGIÃO. — D. JOÃO DE CASTRO NA TORRE. — A PROCISSÃO DE SANTA MAGDALENA DE PAZZI — COMO D. JOÃO DE CASTRO SAE DA PRISÃO. — INGENUIDADE DO CAPITÃO DA TORRE. — UM JURAMENTO BEM CUMPRIDO. — FOGE D. JOÃO PARA HESPAÑHA.

A procissão — a *theoria* christã — eis a forma mais apparatusa e imponente com que sempre se manifestou o sentimento religioso dos povos meridionaes, e um dos meios mais proficuamente empregados para

o alimentar e robustecer. Fallavam as procissões aos olhos, aos sentidos; attrahiam a curiosidade de todas as classes, convocavam o povo, aproveitava-as a industria e o commercio: — eram, n'uma palavra, umas festas em que, sem escandalo para o tempo, o sagrado se alliava ao profano. Concorriam n'ellas o esplendor e riqueza das imagens e as galas e louçanias das damas e cortezãos, e rivalisavam as Ordens monasticas, disputando, entre si, qual fosse a mais numerosa, n'esses grandes alardos da milicia catholica.

Eram recentes, e não estavam de todo extinctas as grandes e terriveis luctas religiosas, no centro e no norte da Europa; dominava no Meio dia — pujante e altiva — a Santa Inquisição! Impunha-se a Turquia pelo terror das suas armas; não era, estava ainda longe de ser o *cadaver*, como hoje lhe chamam os diplomatas. O Grão-Senhor de Constantinopla tinha exercitos e esquadras. O crescente do Propheta tremulava guerreiro e ovante nos mares, provocava cruzadas na christandade; os turcos invadiam a Europa, desfraldavam o estandarte vermelho nas muralhas de Candia, e davam a mão aos corsarios barbarescos, que infestavam o Mediterraneo e assoberbavam as costas de Portugal e de Hespanha, apresando navios quasi á vista de Lisboa!

Quem estava livre, n'esse tempo, ao sair da barra, e ainda, por assim dizer, á sombra da terra, de cair nas garras d'um corsario? Diplomatas, que partiam da côrte, ufanos, para desempenhar altas missões na Italia, na Inglaterra, em França, na Hollanda; capitães illustres, que voltavam da India ou do Brazil; negociantes e aventureiros em busca da gloria e da fortuna; missionarios, que iam evangelisar nas terras

das nossas conquistas; se não embarcavam nas esquadras, ou em grandes comboios, bem armados e promptos para o combate, corriam o risco de verem os seus planos malogrados, as ambições frustradas, as riquezas — sonhadas ou adquiridas — perdidas e roubadas, e elles captivos, quem sabe, por toda a vida, e amarrados na chusma, como escravos, aos bancos das galés mouriscas, ou presos nas masmorras de Argel e de Tunis!

Por isso, quando se fallava no *Redemptor dos captivos*, sentia-se como um choque electrico: estremeciam todos, e os olhares longos, interrogadores e anxiosos, voltavam-se para o mar, prescrutavam, agudados e avidos, o horisonte, e pareciam pedir-lhe, implorar-lhe a volta, o retorno d'uma esperança, que n'elle se esvaíra!

— A nau dos captivos! Está á barra! Vem entrando!... Já fundeou!

Quando em Lisboa soavam estas palavras, e a noticia corria de bocca em bocca, é difficil imaginar o que seria o tumultuar dos animos, o anseio, as ambições, ora vivas, ora mortas, da esperança; essa corrente agitada, violenta, da curiosidade mais sincera, mais sympathica, mais irresistivel — a curiosidade do coração! Quem não tinha no captiveiro um pae, um filho, um irmão, um parente, um amigo?! Viria agora? Ficaria lá... Estava ainda vivo?... Partiu novo, forte, cheio de saude... Como voltaria?...

Depois, vel-os com os olhos turvos das lagrimas da alegria; e abraçal-os, como se resuscitassem; e ouvir-lhes narrar a longa e lugubre historia do captiveiro — os tratos soffridos, os tormentos do corpo e as tribulações da alma, as privações, as saudades curtidas em tantos annos de ausencia, em terras

inhospitas, entre gentes semi-barbaras, e duas vezes inimigas, pela tradição historica e pela religião!... Que romances, que dramas, que tragedias!

A *nau dos captivos*!... Que titulo para uma historial—para muitas! E todas de sangue e lagrimas! Esse navio, que entrava agora, sereno, a barra do Tejo, quantas esperanças levava!... Quantas mortes, quantas decepções, quantos desenganos trazia!

Seculo profundamente dramatico—este! Os mais pungentes lances, as mais tragicas aventuras, enleiam-se, a cada instante, na trama da nossa vida!

Em terra a Inquisição—no mar os piratas! Dois terrores, dois mysterios! E ambos sanguinolentos, mortaes!

*
* * *

Uma sociedade como esta, no periodo que tentamos esboçar, vivendo affastada geographicamente dos grandes focos da revolução religiosa, que convulsionava o centro e o norte da Europa; christã e catholica por tradição, por educação, e por conveniencia politica dos que a dirigiam, porque uma scisão, uma heresia, provocando a guerra civil, seria a morte, o anniquilamento d'esta nacionalidade — *sempre ameaçada*; uma sociedade composta de elementos heterogeneos, que se disputavam a primazia, a influencia na alma do povo e no espirito do rei, tinha necessariamente nas suas crenças, profundamente arraigadas, no sentimento religioso, um dos seus mais fortes esteios, uma força de unificação e de resistencia, a que todos recorriam, e que todos invocavam, quando algum perigo ameaçava a patria ou as instituições.

E por isso o cultivavam pela predica, pelo exemplo, e pela força. As naus que partiram para a conquista do Oriente, levaram nas vellas o symbolo da civilisação dos povos modernos; no pavilhão triumphal dos nossos gloriosos e temidos baixeis via-se tambem, em campo branco, o mesmo signal — a cruz de Christo! Andavam indissolivelmente unidas as duas idéas — a patria e a religião.

O povo bebia-as com o leite, recebia-as na infancia com a educação, e por isso tinha a fé, isto é, a confiança absoluta na palavra dos sacerdotes, no verbo infallivel da Igreja.

Os scepticos e os materialistas — ha-os em todos os tempos — se pertenciam ás altas classes ligirigentes, acatavam, por conveniencia propria, por espirito de classe, por delicadeza, a crença nacional, e conformavam os seus actos exteriores com as praxes do ritual cortesão; — respeitavam os outros, para que os respeitassem a elles. Se não eram crentes, eram civilisados e politicos. E os proprios depravados, quando banidos da sociedade civil, pelos seus vicios ou pelos seus crimes, forcejavam por voltar a ella pela porta da religião.

Quanto a porcuraram, que, apagado da memoria os homens o nome que tinham envilecido, sepultavam com elle o seu passado nas frias paredes d'uma cella, e resuscitaram para o mundo, arrependidos e regenerados! Alguns d'elles, os que tinham talento, vivem ainda hoje nas paginas da nossa historia litteraria.

*
* * *

Corria o anno de 1669, e jazia em ferros, na Torre

de Belem, D. João de Castro. Como elle supportaria esse castigo não é difficil imaginal-o quem, como nós, já conhece o animo insoffrido do truculento fidalgo. Que não envelheceria na prisão, quasi o temos por certo; mas, de todos os modos de evasão, o que lhe surtiu effeito, é exactamente aquelle de que nunca nos lembrariamos, tão extraordinario é pela sua innocencia, pela sua maravilhosa ingenuidade!

Fallámos das procissões religiosas. Em outubro d'esse anno fez-se em Lisboa uma, que attrahiu innumera gente, tanto da cidade como de fóra, tornando vistossissimo o concurso ao apparatuso spectaculo. Promoveram-a os padres carmelitas calçados, com o fim de celebrarem a canonisação d'uma santa da sua Ordem — Santa Magdalena de Pazzi. Espaventosa foi ella, e «era tanto o numero dos carros, figuras de cavallo, invenções, e danças, que se viu vencida a riqueza da arte e o magestoso da novidade» — diz Fr. Alexandre da Paixão! «E porque se deu á estampa — continua elle — não relato individualmente as particularidades do acto.»

Curioso documento seria este, e, se elle de todo se perdeu, é pena que o auctor as não descrevesse na sua interessantissima chronica.

Mas não entra aqui a famosa procissão senão como incidente, e até poderíamos dizer que serviu apenas para justificar um ablativo de... viagem. Desculpemos o leitor o tom ligeiro da phrase, porém, como se trata de uma fuga, parece-nos que não destoa.

Como a celebração de tal festa concorreu para a liberdade de D. João, é o que Fr. Alexandre nos vae dizer: damos-lhe a palavra.

«Estava o sobredito (D. João de Castro) preso na Torre de Belem, e por occasião de ser a procissão

que fizeram os carmelitas (21 de outubro) na cano-nisação de Santa Magdalena de Pazzi, da sua Ordem, pediu licença ao capitão da Torre para a ir ver, promettendo-lhe, á fé de cavalleiro, de ir no sabbado e vir no domingo com tanto recato, que nenhuma pessoa o soubesse. Fiado na palavra, em que não devera fiar quem sabe que turcos não costumam guardar fé, lhe deu o tal licença, lembrando-lhe que o não lançasse a perder, o que seria facil, se Sua Alteza o soubesse.»

É característico o facto, e define a epocha. Possivel então, hoje parece-nos phantastico! E por isso dissemos que, de todas as evasões imaginaveis, esta seria a unica de que nunca nos lembrariamos! O governador d'uma fortaleza, que tem sob a sua guarda um homem como D. João de Castro, preso a ferros, á ordem, não d'um corregedor, mas do proprio Regente, deixa-o sair, para ver uma procissão!

Da boa fé do criminoso fazemos idéa — já o conhecemos, ao governador não, o auctor não nos diz quem elle era; mas fosse quem fosse, o que para nós resalta d'esta scena, o que nos dá a côr local, é D. João de Castro julgar que o desejo de ver uma procissão era um motivo, um pretexto attendivel, para pedir; e o outro, funcionario da confiança do Regente, acceital-o, e julgal-o razão sufficiente para conceder!

Emquanto a fr. Alexandre parece-nos elle severo em demasia, n'este ponto, quando chama turco a D. João. Turco, porque? Se elle viu, ou não, Santa Magdalena de Pazzi atravessar processionalmente as ruas da velha cidade, ninguem hoje o poderá affirmar ou negar; os que o podiam denunciar ou prender não boquejaram. Elle, do que prometteu, só deixou de cumprir uma parte — é verdade que era a mais im-

portante, mas quem esperaria que elle o fizesse, e voltasse para a prisão? Tem attenuantes o crime no natural amor á liberdade; só tem uma quem lh'a deu — a boa fé, quando o soltou, sem auctorisação de quem o mandara prender!

Do governador da Torre nada mais nos diz a chronica. Foi castigado, como devia ser? Como apreciaram a sua leviandade? Justifical-a-ia, aos olhos do tempo, o pretexto, o fim allegado? Não o sabemos.

Ignoramos o destino que teve este guarda infiel, que para D. João foi um verdadeiro anjo custodio, mas não se dá o mesmo com o seu protegido. Este não tardou que de Hespanha mandasse noticias bem suas — amores e estocadas!

CAPITULO X

Em Hespanha

D. JOÃO DE CASTRO EM HESPANHA.— UM D. QUICHOTE SINISTRO.— A FUERZA DE LA SANGRE.— O QUE FALTAVA NO SEU RETRATO.— O D. JUAN DE ALARCON, DE ZORRILLA.— NAMORA-SE D. JOÃO D'UMA COMEDIANTE.— TEMERIDADES.— DESAFIA NO THEATRO TODA SEVILHA.— A COMEDIA DO DUQUE DE BRAGANÇA — OPPÔE-SE D. JOÃO DE CASTRO A QUE ELLA SE REPRESENTA EM UM PATEO DE COMEDIAS CHEIO DE CASTELHANOS! — A TRADIÇÃO D'ESTA SINGULAR AVENTURA.— CONFLICTO COM OS ADUANEIROS DE CORIA.— «LEVA ISTO!» — VOLTA D. JOÃO PARA PORTUGAL.

Estava D. João de Castro em Hespanha — o que é como quem diz — D. Quichote na sua patria. Tinha já então em Portugal este glorioso cognome o nosso

fero Rodomonte.¹ Na chistosa *Memoria de las mas famosas comedias, que hasta aora han salido en España, con los nombres de los autores, hecha por el Reverendo sachristan de San Trocas*, o faceto auctor anonymo baptizou-o com o nome do famoso heroe de Cervantes. Mas como ha Quichotes e Quichotes, este é sinistro. Nenhuma das suas aventuras nos faz rir.

Na terra estrangeira a *fuerza de la sangre*, em vez de se lhe applacar, redobra de violencia, requinta até á temeridade, e D. João chega a ser épico, tanta é a sua selvagem bravura! O seu genio mostra-se-nos aqui em permanente crise de furia. Nem arrendimento do que fizera, nem receio do que lhe poderiam fazer! Um brigão indomavel e incorrigivel!

Este é que, se lhe fizessem a pergunta que D. Sebastião dirigiu um dia ao duque de Alba, podia responder, sem mentir, que não sabia a côr do medo!

*

* *

Na vida d'este nosso *D. Juan* começámos pelas estocadas —faltam-nos ôs amores. E sem elles o retrato ficaria incompleto.

Ha em um poema de Zorrilla — *Margarita, la tornera* — um *D. Juan* de Alarcon — *calavera* destemido — que parece ser inspirado pelo nosso fidalgo. Com effeito este capitulo da sua vida podia bem figurar entre os episodios do agitado romance dos amores do desalmado e tunante *hidalgo* de Palencia. Se as grades d'algun convento lhe ouviram os namorados

¹ V. *Monstruosidades*, etc. pag. 157.

requebros de Lindoro apaixonado, e se raptou alguma filha do Senhor, não o sabemos, mas que elle se deixou prender dos encantos d'uma *Syrena*, isso é certo, — e foi em Sevilha.

Era bailarina, como a outra de Alarcon, e com a sua provocante formosura, e o seu feiticeiro voltear, lhe captivou o coração? Não o affirma o chronista, que lhe chama comediante; mas a fama dos seus amores com D. João de Castro chegou até nós: encontraram-a, ainda recente e viva, os que por alli passaram no anno seguinte, manifesta nas galas com que ella representava, ao mesmo tempo, a louca vaidade do fidalgo e o seu papel na comedia, «sendo mais celebrada pelo que dava que dizer, que pelo que dizia». Não tinha talento, mas seria formosa, teria graça, e, como outra sua patricia feia, porém de garbosa e linda figura, poderia dizer— *No soy hermosa, pero tengo salero?*

Tivesse, ou não, os dons do talento e da belleza, o amor tudo explica; e o — quem o feio ama, bonito lhe parece— é tão verdade em Portugal, como nas terras da Andaluzia.

— *Que diablos! cada cual halla
donde quiere la belleza!*

diz Zorrilla, e é verdade.

*
* * *

Se a luz da ribalta não illuminava os scintillantes olhos ou a esculptural belleza da *diva*, em compensação a luz do sol dá aqui em cheio no seu amante,

que no theatro do mundo nos apparece sempre no primeiro plano, de mão na espada e de juba erguida, como um leão rugidor!

Devia trazer a vida por um fio um homem como este, na Hespanha de 1670, depois da guerra da Restauração. Pensariam outros n'isso, elle não! Foragido da sua terra, e n'uma cidade, como aquella, de tantas e tão arriscadas aventuras de negros olhos e fêrras estocadas, ahi é que elle se sentia bem, respirando a plenos pulmões aquella atmosphera abrazada, cheia de perigos e de seducções. Que o perigo, para elle, era mais um encanto!

E como elle o provocava, como elle o affrontava! Um dia, por uma sombra, por uma desconfiança, que teve em um theatro, — «em uma publicidade» — diz a chronica — D. João desafiou toda Sevilha! É espantoso! Bom anjo da guarda tinha elle por si, para escapar com vida de tam temerarias emprezas! E ellas succedem-se imprevistas, e qual d'ellas mais perigosa.

Estamos chegados ao mais terrivel lance, em que elle, por brios de cavalleiro e de portuguez, mais uma vez jogou a vida. Foi n'um pateo de comedias, onde se ia representar uma, em que, sob o nome do duque de Bragança, era maltratada a memoria de D. João IV.

A peça — boa ou má — não era decerto desagradavel, n'aquelle momento, para os castelhanos; quantos dos que alli estavam para a ver e ouvir, não teriam tambem ouvido sibilar as balas portuguezas nos plainos do Alemtejo. . . As derrotas não estavam esquecidas — Montijo, as linhas d'Elvas, Ameixial, Montes Claros! . . . As feridas ainda sangravam. O orgulho vencido, as ambições frustradas, são maus conselheiros. A tal comedia era, portanto, um desabafo patrio-

tico. Escripta por um castelhano, era só para castelhanos. O que ia fazer lá D. João de Castro!?

Como se achava alli — não o podemos nós dizer. Sabia elle anticipadamente do enredo da comedia, e foi de caso pensado — ou ignorava tudo? Dado o homem, a primeira hypothese é tão possivel como a segunda. Tomado de surpresa pelo inesperado e irritante da scena, entre sair do theatro, ouvir, impassivel, offender o seu rei, ou protestar, correndo o perigo de affrontar sósinho uma platéa, onde não contaria com um braço amigo, que se erguesse para o defender, o que estava no seu character não era fugir, não era soffrer, era reagir, e bater-se. A situação medonha, as consequencias fataes! Elle, porém, não trepidou!

O arrojo é a tal ponto temerario, que assim como nos surprehende a nós, mais, decerto, surprehenderia os hespanhoes, que assistiam ao espectáculo! Que ousadia aquella, de um estrangeiro — um portuguez, de mais a mais — vir alli interromper a representação, pôr embargos aos seus divertimentos! E aggravavam o insolito do caso os odios nacionaes, porque, se a guerra havia acabado, por baixo das cinzas ainda lavrava o fogo, e a escolha da comedia era d'isso prova bem evidente.

Quanto é para lamentar a mesquinha e extemporanea concisão do chronista, que nos poderia narrar o successo por miudo. Se os castelhanos tivessem morto o atrevido portuguez, seria o natural desfecho d'aquelle acto, mas o indomito leão saiu de lá vivo — e é isto que duplica a nossa admiração!

Andavam então em Hespanha muitos portuguezes — soldados e aventureiros, e em outro lugar d'esta chronica vemos que na comitiva de D. João de Aus-

tria, quando elle se insurgiu contra a influencia politica do padre Everardo, confessor da Rainha, figuravam muitos portuguezes e catalães. Iria D. João de Castro acompanhado de patricios seus, já dispostos á rixa, e, homens desteinidos como o seu chefe, conseguiram elles impor-se e dominar a platéa? Resta-nos ainda outra solução, — é a impressão moral d'este protesto do valente fidalgo nos animos sensatos, nas almas generosas, que, fazendo justiça á bizarria do acto, acudiram em sua defeza. Saindo do terreno das hypotheses, o que é certo é que a comedia não foi representada!

A aventura, por extraordinaria, ficou memorada na tradição hespanhola, e, se não me engano, ha no *Gil Blas de Santillana* uma historia d'um portuguez, protagonista d'egual proeza n'um theatro de Hespanha.

E como se o programma da sua vida fosse o d'um romance de aventuras — ellas succedem-se, e surgem, quando menos as esperamos — aqui temos outra, e esta passou-se no rio, vindo elle para San Lucar.

A pendencia foi com os *aduaneros* de Coria. Eram tres, e atracaram o barco de D. João de Castro, perguntando-lhe um d'elles o que levava.

— Leva isto! — respondeu elle.

E D. João puxando pela espada, com ella feriu o pobre *aduanero*!

Isto — foi a cutilada, cuja cicatriz na cabeça do hespanhol lhe ficou para memoria do desastrado encontro.

«Appellidaram os feitores da aduana a voz d'El Rei, amotinou-se o logar, que é cousa pouca, apertou o seu barco os remos, e primeiro chegou a San Lucar a culpa que o aggressor».

E assim andou o nosso heroe percorrendo pela Hespanha — tratando-a como paiz inimigo — depois das pazes de 1668, até que em 1671 a nostalgia, ou as justiças hespanholas, o fizeram tornar á patria, dando fim ás suas aventurezas peregrinações!

CAPITULO XI

Ultimas aventuras

CHEGA D. JOÃO A LISBOA — MANDA D. PEDRO PRENDÊ-LO NO CASTELLO — É TRANSFERIDO PARA A TORRE DE BELEM, COM SENTINELLA Á VISTA — FOGE D. FRANCISCO DE LIMA — O DA LITEIRA DE S. DOMINGOS — MORRE EM S. LUCAR, LEGANDO UM MILHÃO Á MISERICORDIA DE LISBOA — O QUE D. FRANCISCO DE LIMA? — MANDA D. PEDRO SOLTAR A D. JOÃO DE CASTRO — CERCAM-LHE A CASA — ENTREGA-SE, E VAE PARA A TORRE INCOMMUNICAVEL — MYSTERIO D'ESTA PRISÃO E FIM DAS SUAS MEMORIAS.

As portas, que se abriram de par em par, para receber o heroe repatriado, não foram as dos Paços do Regente, em que elle tantas vezes entrara ufano; — não foram essas, mas as do Castello de Lisboa, para onde D. Pedro, apenas soube da sua volta, o mandou encarcerado! Não era a prudencia a virtude maior do nosso d'Artagnan, já o sabemos, e «fez logo publica a sua chegada seu proprio desenfado.» Ha uma sciencia, que era incompativel com o seu temperamento — a sciencia da vida.

No Castello esteve até fevereiro, em que o mandaram, escoltado, para a Torre de Belem, e com tão estreita prisão, que, noite e dia, tinha as sentinellas á vista! Não se divulgaram as causas d'este rigor, mas parece-nos elle justificado pelo natural receio de segunda evasão, á falta de novos motivos de queixa, que contra elle tivessem o Regente, as auctoridades ou os particulares.

Não corriam os tempos propicios para certos individuos, e as prisões fecharam-se frequentes vezes sobre pessoas gradas. Uma d'estas foi D. Francisco de Lima, outro nosso conhecido — o da liteira do adro de S. Domingos. Voltara elle da India, onde estivera muitos annos, em 1666, e trouxera grosso cabedal, em vista do que foi, como é natural, bem recebido e estimado. Atraz d'elle vieram, porém, as queixas dos que se diziam espoliados, e estas o fizeram prender.

Tambem este fugiu, comprando os guardas, e, a despeito dos correios que lhe mandaram no encalço, para o prenderem na fronteira, não foi possível alcançal-o! Em 1674 estava, como já dissemos, em Roma, e por fim veio morrer em San Lucar, em 1679, deixando a Misericordia de Lisboa por sua universal herdeira. Sequestraram-lhe parte dos bens, quando elle se evadiu, mas tinha-se precatado, e legou ainda um milhão!

As devassas, que vinham da India, atemorisaram-o a elle, mas não impozeram respeito á Misericordia, que, visto o testamento, nomeou Raphael de Paiva — um dos seus mesarios — e o bacharel José de Faria, para irem arrecadar a avultada herança do foragido, accusado de ter roubado, na India, o que agora doava aos pobres de Lisboa! O arrependimento salva, e, de

mais, a Misericórdia era um Banco, a que recorriam os mais poderosos!

Uma carta regia, de 29 de março de 1684, expedida para Angola, diz-nos que um D. Francisco de Lima, que fugira da prisão, andava por capitão de um navio de levantados, o que fazia necessaria toda a cautella com os navios, que alli apparecessem, ainda que trouxessem bandeira portugueza.

As *Monstruosidades* assignam-lhe a morte em 1679. Haverá aqui erro, ou mysterio? Este segundo D. Francisco de Lima, tambem preso, e fugido em 1684, faz-nos suspeitar que são ambos o mesmo sugeito, a não ser que n'aquella familia andassem então os nomes ligados aos defeitos! Os seus bens — um milhão — que elle legara á Misericórdia de Lisboa, ficariam por isso ao abrigo d'algum sequestro, por parte da justiça de El-Rei, que tinha contas que ajustar com elle? . . . E seria a morte simulada?

Para sair d'este segundo e mais rigoroso encerro não necessitou D. João de Castro nem de se valer novamente da intervenção dos santos, nem do oiro, que tambem faz milagres — *in hoc signo vinces*. «E por algumas gentilezas, que obrou em credito da nação — foi uma d'ellas defender que se não representasse uma comedia, em que se introduzia El-Rei D. João, o 4.º com o titulo de duque de Bragança, o que conseguiu, apesar de todo um pateo de castelhanos, que estavam presentes para ver e ouvir representar — o mandou Sua Alteza soltar¹.»

Foi este com effeito um acto de grande valor, que faz com que se esqueçam outros, que pesam sobre

¹ *Monstruosidades*, etc — pag. 169.

a memoria d'este fidalgo, de quem se pode dizer, em boa verdade — como de Benvenuto Cellini — que era *un uomo terribile*.

D. Pedro antepoz, n'este caso, á justiça a gratidão, e concedeu a liberdade a quem tão denodada e patrioticamente expozera a vida, para que não affrontassem, na sua presença, a memoria do rei, seu pae!

«Pode-se duvidar se foi castigo, se favor, porque se a prisão lhe escusava delictos, a liberdade lhe negoceia prisões» — accrescenta fr. Alexandre da Paixão.

Era mau para inimigo — este homem. O Regente perdoou, mas elle não teve mão em si, que não lhe commentasse a sentença!

*

* *

Segue-se, d'aqui até 1676, um periodo de paz, em que D. João parece não ter dado signal de si — como se costuma dizer. Mas o iracundo gentil-homem não queria deixar o frade por mentiroso, e cá o temos outra vez!

«Quarta feira, 13 d'este (novembro), amanheceu a casa de D. João de Castro cercada de cavallaria e infantaria, e hum corregedor da côrte para o prender. Vio-se cercado, sahio, e deo-se á prisão; foi levado á Torre de Belem, e preso com grande estreiteza, com ordem que o não deixassem fallar com ninguem. Variamente se ajuiza sobre a causa, porém não se sabe qual seja».

São estas as ultimas noticias que fr. Alexandre nos dá de D. João. Sempre as mesmas! Nem elle era para variar, senão nas avarias!

E aqui lhe perdemos o rastro, e neste ponto terminam, para nós, as memorias d'este homem singular e terrivel !

*
* *
*

D. João de Castro Telles, senhor do Paul de Boquilobo ¹, e de toda a casa de seu pae, era filho de D. Pedro Fernandes de Castro, e de D. Luiza de Menezes, filha de Nuno Fernandes Cabral, Alcaide-Mór de Belmonte e de Azurara.

Casou com D. Archangela Michaela de Portugal, filha de D. Rodrigo Lobo da Silveira, 1.º conde de Sarzedas, capitão-general de Tanger, e Vice-Rei da India, a qual foi camarista da Rainha de Inglaterra, D. Catharina, e depois dama de honor de D. Maria Anna de Austria.

E falleceu, sem descendencia, em 3 de novembro de 1697.

Foi este o ultimo varão da casa de Castro, procedente do conde de Arrayollos, em quem teve principio a casa de Monsanto.

Que jaza em paz, quem tão amigo foi de guerras !

¹ O *Paul de Boquilobo*, uma das maiores propriedades dos marquezes de Niza, ainda nos nossos dias na posse d'ella, foi doado pelo Infante D. Henrique a D. Fernando de Castro, governador da sua casa, e em escambo com o de Trava, por carta de 26 de maio de 1436. V. *Relação de alguns documentos historicos, que se pretende adquirir por subscrição nacional*. Outubro, 1892.

INDICE

	Pag.
CAPITULO I — A MORTE DO MARQUEZ DE SANDE.....	2
O D. João de Castro, de Jacintho Freire, e o das «Monstruosidades do tempo e da fortuna». — Alexandre Dumas e o original d'um quarto mosqueteiro. — O assalto ao capitão da Chamusca e as justiças de D. Affonso vi. — A morte do marquez de Sande. — O conde de Mesquitella. — Carta do Regente D. Pedro a Luiz xiv. — Frequencia dos homicidios em Lisboa. — Importancia e serviços diplomaticos do marquez de Sande.	
CAPITULO II	10
As «Monstruosidades do tempo e da fortuna» e o seu auctor. — Valor historico d'esta chronica da vida portugueza no tempo de D. Affonso vi e do Regente D. Pedro, seu irmão. — As matinas de Nossa Senhora da Conceição na Capella Real. — Assalto e morte do marquez de Sande, no adro de S. Domingos. — Os assassinos e o mandante. — D. João de Castro e o conde de Mesquitella. — Palacios «coutados». — A fuga dos dois fidalgos. — Persegue-os a justiça. — Embarcam para a Italia.	
CAPITULO III.....	17
Os livros de Memorias — Sua importancia para o conhecimento das épocas e dos costumes. — Indispensaveis para a historia e para o romance historico. — Documentos politicos e litterarios. — As justiças de El-Rei no palacio de D. João de Castro. — Os alguazís. — Como elle conseguiu escapar-lhes. — O palacio d'um fidalgo. — Castello, hospedaria, hospicio, e templo. — Uma côrte em ponto pequeno. — Como o sr. conde tem mais um creado. — Facas e espadas. — Costumes guerreiros em tempo de paz. — Os rufões de D. João de Castro.	
CAPITULO IV — A ARISTOCRACIA PORTUGUEZA.....	22
A nobreza no tempo de D. Affonso vi e de D. Pedro ii. — Apogeu da sua influencia. — Religião e culto da aristocracia. — Ideal e typo physico dos fidalgos. — A tradição aristocrática. — Apparentados com as casas reaes de Castella, e de Portugal, companheiros dos reis, e creados nos seus paços. — D'onde datava os seus brazões a antiga nobreza. — A aristocracia nova. — D. Ma-	

nuel, D. João III, D. Sebastião, a razão d'Estado e os Escrivães da Puridade.— D. João I e D. João IV.— Quem poz a corôa na cabeça do duque de Bragança.— Orgulho dos fidalgos.— O marquez de Marialva, o marquez de Cascaes, o conde da Torre e o filho do conde de Villa Flor.— A marquezia de Tavora e a aia da Infanta, filha do Regente.— Degredo da marquezia.— Resposta do Regente ao marquez de Tavora.— Morte do marquez.— Os generaes da guerra da Restauração.— Nova appareção de D. João de Castro.— Cae n'uma valla e corre a noticia da sua morte.

CAPITULO V — O CONDE DE MESQUITELLA — FINAL DA TRAGEDIA DE S. DOMINGOS. 32

Os lances do acaso e as auras da fortuna.— Singular destino do marquez de Sande.— Lenda historica da sua morte.— Duas conspirações.— O conde de Mesquitella e D. João de Castro.— Amores do conde com a cunhada.— Refugia-se no convento de Odivellas.— É preso, e degredado para a India.— Apparece em 1674 em Roma.— A cruz de S. Pedro e a do adro de S. Domingos.— O ultimo acto.— Morre o conde em Roma, em casa de D. Francisco de Lima.— O espectro do assassinado.— O acaso tambem é Shakespeare.

CAPITULO VI — O CASAMENTO DE D. AFFONSO VI. 38

Corre-se o panno sobre a tragedia.— O que foi feito de D. João de Castro.— As velhas historias e os velhos quadros.— As festas reaes de 1662 e 1666.— D. João de Castro, e os condes da Torre e de Sarzedas.— Jogos de cannas, touradas e fogos d'artificio.— Um relance sobre a vida da corte.— Primeiro encontro de D. Maria Francisca de Saboya com o Rei e o Infante D. Pedro.— O conde da Ericeira e os padres de Verjus e Villes.— Tristes prognosticos.— A comitiva da Rainha.— M.^{me} de Main-tenon.

CAPITULO VII — AS FESTAS REAES 44

O Terreiro do Paço — Danças e povo — As quadrilhas dos cavalleiros fidalgos.— Esplendidas touradas.— O cortejo dos toureadores.— O conde da Torre, D. João de Castro, o conde de S. João e Francisco de Tavora.— Grandes festas e ruim casamento.— O que nós fomos!...

CAPITULO VIII — OS DESAFIOS DOS FIDALGOS 48

A historia da vida nacional.— Costumes portuguezes no seculo XVII.— Os desafios.— O duello de Badajoz.— Morte dos dois Alvitos e de Luiz de Miranda Henriques.— Escapa, mal ferido, D. Vasco da Gama.— A narrativa do conde da Ericeira no «Portugal Restaurado».— Não figura em desafios D. João de Castro!— Intervem n'um caso de honra, e descompõe o offendido.— Manda-o prender o Regente.— Resiste á prisão.— É posto a ferros na Torre de Belem.— O leão na jaula!

CAPITULO IX — PATRIA, RELIGIÃO E AMORES. 54

As procissões.— A Santa Inquisição, o Grão-Turco, e os corsarios barbarescos.— A nau e o Redemptor dos captivos.— Os que iam e os que voltavam.— Romances, dramas e tragedias.— A patria e a religião.— D. João de Castro na Torre.— A pro-

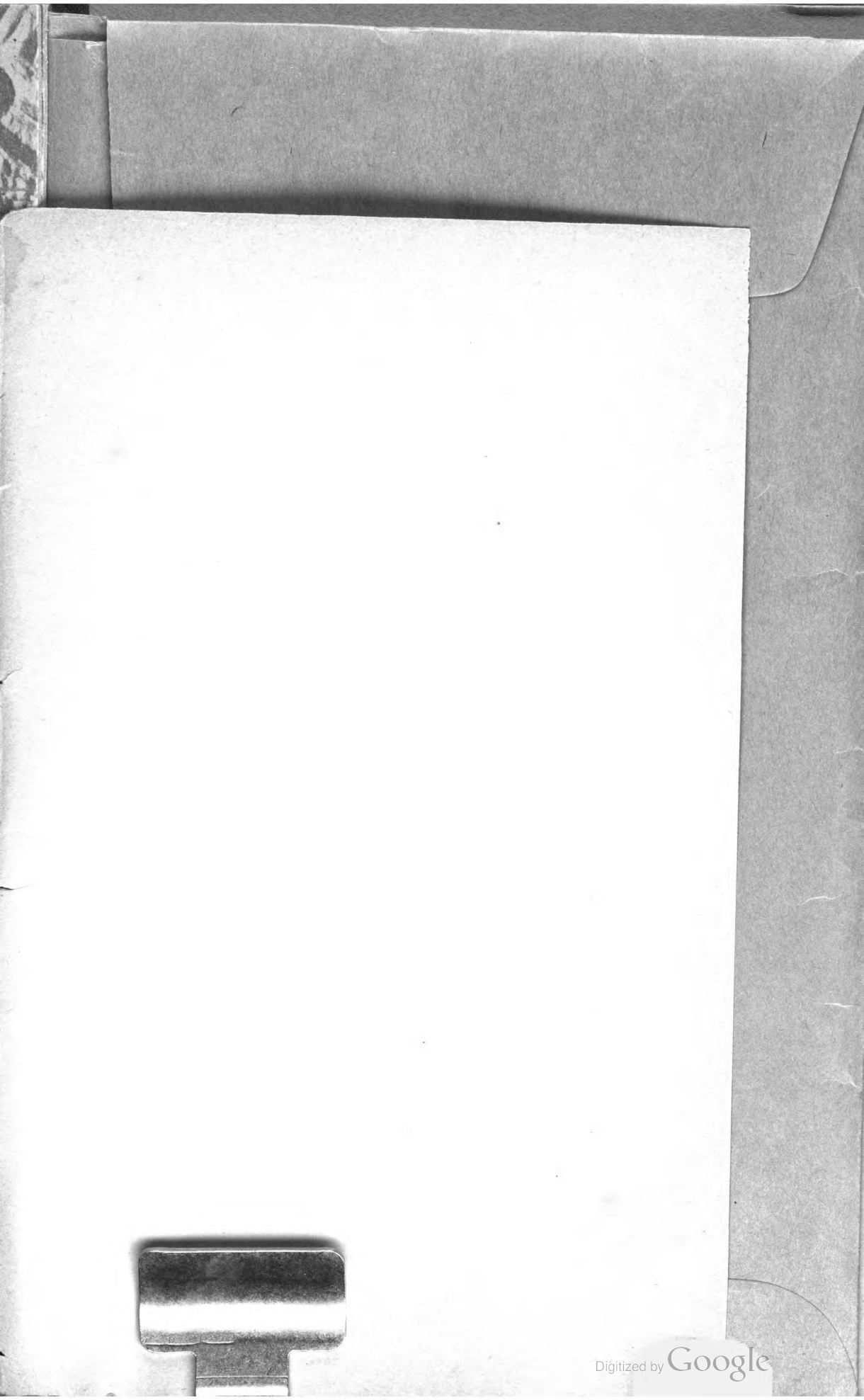
	Pag.
cissão de Santa Magdalena de Pazzi.— Como D. João de Castro sae da prisão.— Ingenuidade do capitão da Torre.— Um juramento bem cumprido.— Foge D. João para Hespanha.	
CAPITULO X — EM HESPAÑHA	61
D. João de Castro em Hespanha.— Um D. Quichote sinistro.— A «fuerza de la sangre.»— O que faltava no seu retrato.— O D. Juan de Alarcon, de Zorrilla.— Namora-se D. João d'uma comediante.— Temeridades.— Desafia no theatro toda Sevilha.— A comedia do duque de Bragança.— Oppõe-se D. João de Castro a que ella se represente em um pateo de comedias, cheio de castelhanos!— A tradição d'esta singular aventura.— Conflictio com os aduaneiros de Coria.— «Leva isto!»— Volta D. João para Portugal.	
CAPITULO XI — ULTIMAS AVENTURAS.	67
Chega D. João a Lisboa — Manda D. Pedro prendel-o no Castello — É transferido para a Torre de Belem, com sentinella á vista — Foge D. Francisco de Lima — o da liteira de S. Domingos — Morre em S. Lucar, legando um milhão á Misericordia de Lisboa — Outro D. Francisco de Lima? — Manda D. Pedro soltar a D. João de Castro — Cercam-lhe a casa — Entrega-se, e vae para a Torre incommunicavel — Mysterio d'esta prisão e fim das suas memorias.	

ERRATA

Onde se lê:

Leia-se:

- A pag. 26, linha 27 — na mão de D. João IV, nas mãos de D. João IV e de D. Affonso VI,
- Pag. 38, linha 10 — o alto valimento do conde de S. João, seu cunhado, e o do conde de Sarzedas, seu sogro. o alto valimento do conde de S. João e o do seu cunhado, o conde de Sarzedas.
- Pag. 63, linha 15 — teria graça, e, teria graça, ou,



KAROLIN KLASSE
NO. 20 - 72 10
KAROLIN KLASSE
KAROLIN KLASSE

UNIVERSITY OF MICHIGAN



3 9015 07056 6925

